

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM – OS é uma pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída em 26/07/1999 e devidamente qualificada como Organização Social através de Decreto Presidencial em 04/06/1999. Tem por finalidade a conservação da biodiversidade com o manejo participativo e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Têm suas normas e regulamentos de funcionamento definidos pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas pelo IDSM - OS estão atreladas a metas e prazos descritos em Contrato de Gestão, com vigência de cinco anos, firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT e o IDSM - OS em 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de Março de 2001, para a administração do Instituto. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo MCT.

Este é o relatório das atividades realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no decorrer do ano de 2004. Conforme termos do Contrato de Gestão MCT-IDSM/OS deverá ser encaminhado ao órgão supervisor pelo Presidente do Conselho de Administração do Instituto Mamirauá após apreciação e aprovação daquele Conselho, com posterior ratificação em reunião ordinária.

Neste relatório os resultados estão apresentados com base no quadro de indicadores e metas alterado em 2004. Seguindo a proposta da Comissão de Avaliação e Acompanhamento, foi realizada a readequação dos indicadores e a inclusão de novos indicadores diante da evolução das atividades. Foram alterados os indicadores 1, modificados todos os indicadores do macroprocesso Informação, e alterados alguns indicadores dos macroprocessos sobre investimentos em qualidade de vida, sobre o desenvolvimento institucional e sobre a proteção da biodiversidade. Em dezembro de 2004, com a elaboração de um novo termo aditivo, foram pactuadas novas metas para os indicadores 6, 9 e 10, de modo a torná-las mais desafiadoras. As metas alteradas estão relacionados aos macroprocessos de Informação e de Desenvolvimento de Alternativas Econômicas com Uso Sustentado dos Recursos Naturais.

A consolidação do IDSM como instituição voltada à conservação dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida está fortemente refletida na capacidade de atingimento de 100% das metas propostas, e extrapolação de 15 das 20 metas do Contrato de Gestão. Estes resultados foram alcançados em um ano marcado pela perda de três grandes colaboradores do Instituto. Apesar do forte abalo, a equipe se reestruturou e demonstra com os resultados atingidos sua capacidade de superação.

Este relatório demonstra especialmente os avanços na Diretoria Técnico-Científica, conquistados com importantes realizações como o I Seminário Anual de Pesquisas-I SAP, o 2º Simpósio Interno de Monitoramento – 2º SIM, a estruturação dos Grupos de Pesquisa, a continuidade do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Junior- PIBIC-Júnior, a implementação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e a organização do periódico institucional para circular a produção científica do IDSM, a Revista UAKARI. Este conjunto de ações resultou na evolução da produção científica da instituição e no fortalecimento das pesquisas de um modo geral.

Além destes importantes eventos, que passam a integrar no calendário institucional, cresceu o número de pesquisadores e extensionistas do IDSM que participaram como conferencistas de eventos promovidos por outras instituições e o número de eventos de disseminação promovidos pelo instituto, que vem recebendo uma forte demanda para replicação para outras áreas das técnicas de uso sustentável de uso dos recursos naturais e metodologias para fortalecimento da capacidade de gestão participativa. Para ampliar esta capacidade, foi criada a Coordenação de Capacitação, que será responsável pelo planejamento dos cursos a serem oferecidos. As principais demandas estão voltadas à capacitação em manejo de pesca, manejo florestal e ecoturismo. Estas alternativas econômicas extrapolaram suas metas em 2004, principalmente devido ao amadurecimento da equipe técnica, da sistematização das metodologias aplicadas e da capacidade de autogestão de algumas associações que passaram a demandar um menor acompanhamento da equipe, que deste modo pode expandir suas atividades para outras comunidades, inclusive para a área subsidiária da RDSM.

O reconhecimento da relevância das ações do Instituto foi demonstrado pelo prêmio Equator Prize Initiative, concedido pelo PNUD em referência às ações do IDSM voltadas à redução da pobreza com programas de desenvolvimento sustentável. A credibilidade do IDSM junto ao Governo do Estado do Amazonas foi constatada durante a renovação do convênio com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM, para gestão das RDS Mamirauá e Amanã pelo período de mais 5 anos: 2004 a 2009. Os esforços para assegurar a continuidade das atividades do IDSM nas duas Reservas foram recompensados pela aprovação de 17 dos 21 projetos elaborados e encaminhados a agências financiadoras nacionais e internacionais.

A Diretoria
Janeiro de 2005

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM-OS transcorreu satisfatoriamente durante ano de 2004. Destacamos os seguintes feitos:

1- O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá recebeu o prêmio Equator Prize Initiative proporcionado pelo PNUD em referência aos importantes serviços prestados com iniciativas de redução da pobreza com programas de desenvolvimento sustentável.

2- Renovação do convênio com o IPAAM para gestão das duas Reservas pelo período de 5 anos: 2004 a 2009.

3- Realização da Semana José Márcio Ayres, com uma intensa programação envolvendo vários segmentos da sociedade civil de Tefé divulgando os principais resultados da criação das RDS Mamirauá e Amanã.

4- Realização do I Seminário Anual de Pesquisas – SAP, do Instituto Mamirauá, com a participação de cerca de 20 pesquisadores, em Tefé no mês de junho.

5- Conclusão da construção do prédio de serviços gerais na área da sede do IDSM, em Tefé onde já foram alojados temporariamente os pesquisadores do IDSM. Inauguração foi realizada durante a Semana Márcio Ayres.

6- Lançamento do Edital do Fundo de Expansão das Pesquisas do Instituto Mamirauá- FEPIM/2004, possibilitando a participação de pesquisadores de instituições de pesquisas nacionais no Programa de Pesquisas do IDSM.

7- Continuidade na relação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM através dos programas: Bolsas de Iniciação Científica Junior - PIBIC-Júnior e Jovem Cientista Amazônica.

8- Ampliação de acordos com agências de financiamento governamentais e não governamentais.

9- Expansão das atividades do IDSM para a área subsidiária da RDS Mamirauá, priorizando o município de Fonte Boa em suas atividades iniciais. O Instituto Mamirauá pretende atuar em parceria com as instituições do município para a implantação da RDS Mamirauá, especialmente com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa-IDS Fonte Boa. Foram identificadas como ações prioritárias o mapeamento do uso dos recursos naturais, a organização comunitária, o apoio na implementação do manejo dos recursos florestais e da pesca.

10- A equipe do IDSM iniciou, utilizando a metodologia adotada pelo Wildlife Conservation Society- WCS, as discussões para a construção do Modelo Conceitual para a planificação da conservação da biodiversidade das RDS Mamirauá e Amanã. Este processo de planejamento deverá contribuir para uma melhor definição de seu objetivo maior, dos alvos de conservação e das ameaças diretas e indiretas. Serão identificadas as cadeias causais para cada alvo de conservação e as respectivas

intervenções necessárias para cada cadeia causal. Isto irá contribuir com o aperfeiçoamento dos indicadores de monitoramento para cada um dos níveis de cada uma das cadeias causais.

11- Desenvolvimento de infra-estrutura para realização de webconferências, ampliando as possibilidades de comunicação da equipe do IDSM.

12. Criação da Coordenação de Capacitação, ligada à Diretoria Técnico-Científica, com o objetivo de contribuir com a capacitação em manejo sustentável de recursos naturais para substituir atividades econômicas não sustentáveis e promover a conservação através de sua correlação com melhoria dos níveis de renda de populações rurais. O Instituto vem desenvolvendo ao longo dos anos técnicas inovadoras de manejo. Grande parte desta experiência precisa ser compilada e sistematizada para auxiliar no planejamento de cursos a serem oferecidos. Com a implementação do programa pretende-se atender a uma demanda existente e estimular a replicação do modelo de manejo de recursos naturais desenvolvido em Mamirauá para outras áreas.

13. Estruturação dos Grupos de pesquisa do IDSM. Também foi realizado o cadastramento no Diretório Lattes de Grupos de Pesquisa do CNPq, o que capacita os membros dos grupos a concorrerem por recursos nos editais oficiais do país e captarem seus próprios recursos de pesquisa. Foram estruturados os seguintes grupos de pesquisa:

Grupo 1 - Ecologia e Manejo de Recursos Florestais

Grupo 2 - Biologia e Ecologia de Peixes

Grupo 3 - Reprodução Social e Conservação da Biodiversidade

Grupo 4 - Pesquisas Sociais sobre Manejo Participativo dos Recursos Naturais

Grupo 5 - Biologia Pesqueira

Grupo 6 - Ecologia de Vertebrados Terrestres

Grupo 7 - Agricultura e Agrosilvicultura

Grupo 8 - Uso Sustentável e Participativo de Recursos Naturais

Grupo 9 - Mamíferos Aquáticos de Mamirauá

14. Realização do 2º Simpósio Interno de Monitoramento.

15. Em 2004 a equipe do IDSM sofreu com a perda de duas funcionárias, a engenheira agrônoma Sílvia Amélia Wandalsen Roenick, grávida de oito meses, e a zeladora Maria Divina Santos, que estava acompanhada do filho de 12 anos, que faleceram na queda de um avião da empresa Rico Linhas Aéreas, no dia 14 de maio. A pesquisadora Sílvia Amélia, 30 anos, trabalhava no projeto há três anos na coordenação do Programa de Agricultura Familiar. A zeladora Maria Divina Santos, 40 anos, trabalhava no Flutuante Mamirauá, que é utilizado como apoio às atividades de pesquisa. O IDSM recebeu várias manifestações de solidariedade, dentre as quais a do ministro Eduardo Campos, que afirmou: "É uma grande perda, não só para nós como também para o Brasil. O trabalho desenvolvido por essas funcionárias engrandecia a pesquisa do país. Elas deixaram um exemplo de dedicação e respeito ao desenvolvimento sustentável da Amazônia". Outra perda importante foi do líder comunitário Antônio Martins, falecido em um acidente na comunidade do Jarauá.

16. Em 2004 finalmente foram contratados os 3 membros da Diretoria, 8 pesquisadores e dentre estes 3 para cargos de coordenação. Essas contratações ocorreram após 3 anos de negociação.

Vale ressaltar que ainda não está implementado pelo Instituto Mamirauá o Plano de Cargos e Salários conforme estabelecido no Regulamento de Recursos Humanos deste Instituto.

17. Foram efetuadas mudanças na diretoria do IDSM. A antropóloga Isabel Sousa assumiu a Diretoria de Alternativas Econômicas - DAE e a contadora Selma Freitas está à frente da Diretoria de Administração-DA.

2. REALIZAÇÕES DO PERÍODO

As realizações de 2004 são aqui divididas em dois âmbitos. O dos resultados financeiros e o do desempenho institucional, que são apresentados separadamente a seguir.

2. 1. Resultados Financeiros Resumidos

Conforme será explorado no Relatório Financeiro mais adiante, no primeiro semestre do ano as atividades foram mantidas devido à existência de um saldo de 2003. Anualmente o IDSM tem se resguardado financeiramente para suprir de recursos frente à ausência de repasses nos quatro primeiros meses do ano. Obviamente esta solução não possui caráter de sustentabilidade, e, portanto, não pode ser considerada uma forma costumeira do Instituto solucionar problemas de caixa, porém é esta atitude que nos tem garantido a manutenção básica de nossas atividades a cada início de ano.

Os repasses de recursos do Contrato de Gestão de 2004 tornaram possível a realização das atividades rotineiras do IDSM e foram complementados com repasses provenientes de fontes externas. Foi mantido para 2004 o mesmo valor acordado para o ano de 2003 no termo aditivo ao contrato de gestão, o que ainda não é suficiente para custear a expansão das atividades. Como aconteceu em 2003, houve um contingenciamento por parte do governo federal, que reduziu esse montante. No início de 2004, foi repassado ao Instituto Mamirauá a parcela de dezembro de 2003 e mais a reposição do contingenciamento de 2003, liberado como restos a pagar.

2.2. Performance Sumarizada dos Indicadores

Na tabela abaixo estão apresentados os **Indicadores de Desempenho** e suas **Metas** para 2004 conforme pactuado em janeiro de 2003 na elaboração do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. A evolução das atividades e as orientações recebidas da comissão de avaliação exigiram a readequação dos indicadores com a redefinição de alguns e com inclusão de novos indicadores. No novo quadro estão constando 20 indicadores, sendo mantidos os mesmos macroprocessos. Foram alterados os indicadores 1, modificados todos os indicadores do macroprocesso Informação, e alterados alguns indicadores dos macroprocessos sobre investimentos em qualidade de vida, e sobre o desenvolvimento institucional e sobre a proteção da biodiversidade. As alterações feitas foram no sentido de dar maior destaque à produção científica do IDSM e à disseminação dos investimentos dessa produção nas ações de desenvolvimento sustentável na região.

Em dezembro de 2004 foi elaborado o sétimo termo aditivo do Contrato de Gestão e pactuadas novas metas para os indicadores 6, 9 e 10. As metas e memórias técnicas dos

indicadores de 2004 estão apresentadas em anexo (Anexo 1). As metas pactuadas para 2005 estão no Anexo 2.

INDICADORES	Unidade	Peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
1-Número de associações comunitárias envolvidas em gestão participativa dos recursos naturais	N	3	4	5	5
2-Número de eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM	N	3	2	2	2
3-Atualização/ disponibilização na home page dos produtos técnicos científicos publicados no período	%	2	0	30	38
4-Número de Programas de Rádio «Ligado no Mamirauá»	N	2	96	96	96
5-Número de boletins «O Macaqueiro» distribuídos	N	2	6000	6000	7000
6-Número de eventos de disseminação realizados pelo IDSM	N	3	34	75	114
7-Número de pesquisadores/ extensionistas do IDSM, participando, na qualidade de conferencistas, em eventos promovidos por outras instituições para divulgar os produtos do IDSM.	N	2	20	35	45
8-Número de famílias beneficiadas com o Programa de Manejo da Pesca	N	3	50	300	324
9-Número de famílias beneficiadas com o Programa de Manejo Florestal Comunitário	N	3	100	340	359
10-Número de famílias beneficiadas com o Programa de Agricultura Familiar	N	3	120	260	260
11-Número de famílias beneficiadas com o Programa de Ecoturismo	N	3	25	31	51
12-Número de famílias beneficiadas com o Programa de Artesanato	N	3	31	72	72
13-Índice de Mortalidade Infantil	Índice	2	40	25	18
14-Número de comunidades/famílias atendidas pelos programas de melhoria da qualidade de vida	N	2	400	640	723

15-Número de artigos científicos, capítulos de livros e livros publicados.	N	2	5	10	13
16-Número de produções: resumos apresentados em congressos, cartilhas, anais, relatórios técnicos, trabalhos de conclusão de cursos, teses e dissertações.	N	2	20	25	135
17-Número de pesquisas científicas implantadas/ concluídas no ano dentre aquelas previstas na estratégia institucional de pesquisas.	N	3	10	40	49
18-Proporção de funcionários da área administrativa no total da equipe do IDSM (pessoal de apoio, bolsistas e funcionários).	%	1	20	20	14,20
19- Alavancagem de recursos do contrato de gestão	%	1	30	30	53,24
20- Proporção dos programas de monitoramento implantados.	%	3	70	85	92

2.3. Principais Atividades do Período, Desempenho dos Indicadores e Alcance das Metas

Os resultados estão apresentados segundo o contexto dos **macroprocessos** definidos para a ação do IDSM com seus respectivos indicadores e metas.

Macroprocesso 1-Apoio à Regulamentação

Macroprocesso 2-Informação

Macroprocesso 3-Desenvolvimento de Alternativas Econômicas com Uso Sustentado dos Recursos Naturais

Macroprocesso 4-Promoção da Melhoria da Qualidade de Vida dos Moradores e Usuários

Macroprocesso 5-Pesquisas Voltadas para Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável de Recursos Naturais

Macroprocesso 6-Desenvolvimento Institucional

Macroprocesso 7-Proteção da Biodiversidade

2.3.1. APOIO À REGULAMENTAÇÃO

Este macroprocesso refere-se ao fortalecimento da gestão comunitária nas ações de manejo sustentado dos recursos naturais das Reservas. Estas ações incluem o fortalecimento da organização comunitária, através do associativismo, e o processo de negociação com as comunidades, com base nos resultados das pesquisas científicas, para o uso dos recursos; as ações de fiscalização das áreas protegidas e de uso sustentado com apoio dos agentes ambientais comunitários; e, o envolvimento de instituições governamentais e não governamentais nas ações de manejo das áreas destinadas à população do entorno das Reservas, através dos processos participativos – encontros setoriais bimestrais e assembléia geral anual.

O **indicador 1** que media essas ações - Proporção de normas aprovadas na Assembléia Geral dos comunitários, no ano anterior, que foram efetivamente postas em prática ao longo do ano com apoio das comunidades - pactuado com o MCT até 2003, foi substituído em 2004 pelo indicador “Número de Associações Comunitárias envolvidas em gestão participativa dos recursos naturais”. Esta mudança foi realizada principalmente porque o sucesso do indicador anterior dependia muito mais dos esforços das lideranças comunitárias e de moradores e usuários das Reservas, do que dos esforços da equipe do Programa de Gestão Comunitária do Instituto. O atual indicador refletirá o desempenho da equipe no processo de constituição e assessoria para manutenção das Associações Comunitárias para o manejo sustentado dos recursos.

As Reservas Mamirauá e Amanã têm a mesma estrutura política, com uma organização baseada em princípios de comunidade, que foi incentivada pela Igreja Católica na década de 1980. Essas comunidades estão organizadas em setores de acordo com a definição de representação política e baseada em acordos para uso comum de recursos naturais da área da Reserva, feitos após vários processos de negociação com a equipe do Instituto Mamirauá e discutidos e aprovados em Assembléias Gerais de moradores e usuários da Reserva.

A área focal da Reserva Mamirauá é composta por 09 setores, sendo que 02 deles, Aranapu e Barroso, por suas comunidades estarem localizadas nas margens do Paraná do Aranapu e precisarem negociar o uso sustentado deste Paraná, resolveram se unir para fazerem os acordos, principalmente de pesca, e passaram então a ser chamados pela equipe do Instituto Mamirauá de setor Aranapu-Barroso.

Os Setores foram identificados e definidos através de mapeamento participativo do uso tradicional dos recursos pelas comunidades para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva. Cada um dos setores agrupa de 4 a 13 comunidades, e tem uma coordenação que é responsável pela articulação das comunidades e preparação dos encontros. As comunidades têm uma organização baseada no sistema presidencialista e cada uma tem uma diretoria composta por presidente e demais membros, escolhidos e eleitos pelos moradores e sócios da organização. Como esta organização social é fundamentada em forte estrutura de parentesco, as lideranças são definidas com base no significado político das famílias.

No modelo de gestão participativa definido, há uma agenda com reuniões setoriais bimestrais, onde são debatidos os problemas relativos à gestão ambiental e definidos os encaminhamentos e responsabilidades. A equipe de extensionistas e pesquisadores do IDSM

participam das reuniões com esclarecimentos sobre os resultados das pesquisas, auxiliando nos encaminhamentos com as principais parcerias e na mediação dos conflitos. As reuniões de setores estão se consolidando como os principais *fóruns* deliberativos uma vez que o acesso aos recursos naturais, principalmente aos lagos, afeta de forma diferenciada cada setor. Os principais encaminhamentos sobre o zoneamento e normas para toda a área da Reserva são decididos nas Assembléias Gerais, que ocorrem anualmente.

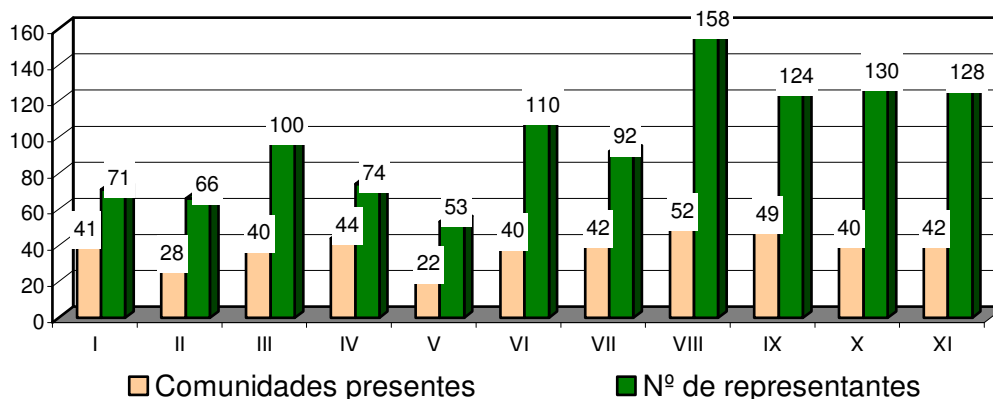
A evolução histórica das negociações foi se consolidando, dando às reuniões setoriais um grande destaque na gestão local, uma vez que podem envolver maior número de participantes, homens e mulheres, e por serem o espaço mais adequado para deliberarem sobre questões relativas às características de acesso aos recursos, que se diferenciam bastante entre os setores. As Assembléias Gerais das Comunidades têm se transformado no espaço político para a deliberação dos princípios gerais do manejo, e, principalmente, no espaço de divulgação dos resultados do manejo entre os setores. Constituem-se também em um ritual de celebração das conquistas e fortalecimento para os novos desafios.

Na Reserva Amanã, sua área focal é formada por 3 setores – Coraci, São José e Amanã - mas apenas os 2 primeiros mantêm os encontros setoriais. A primeira Assembléia Geral foi realizada em 2001, e teve por finalidade definir as estratégias de encaminhamento para a preparação do plano de manejo que definirá as normas de uso dos recursos, com base nas pesquisas científicas. Ficou decidido, em acordo com as lideranças comunitárias, que a próxima assembléia será realizada quando os resultados das pesquisas, em curso, possam propor indicadores de manejo para negociação.

Os setores Coraci e São José realizam reuniões bimestrais, com a participação de extensionistas e pesquisadores do IDSM que estão fazendo as pesquisas básicas para a preparação do Plano de Manejo. No setor Amanã as reuniões são feitas por comunidade, quando necessárias. Nas demais comunidades da área subsidiária da Reserva começaram os trabalhos de cadastro de comunidades, mapeamento participativo do uso tradicional e formação de estruturas organizacionais. Estas informações e atividades serão fundamentais para definir o zoneamento (área de uso sustentado e área de pReservação) da Reserva.

Na Reserva Mamirauá já foram realizadas 11 Assembléias Gerais Anuais, no período compreendido entre 1993 e 2004, tendo o número de participantes oscilado ao longo destes anos em decorrência da maior ou menor polêmica em relação aos pontos em pauta em cada assembléia (figura 1 e quadro 1). As decisões tomadas nas Assembléias Gerais devem ser acatadas pela maioria dos comunitários. Algumas dessas decisões envolvem o comprometimento do IDSM na alocação de recursos financeiros e de pessoal técnico para o apoio às atividades, em especial, as de fiscalização da área protegida e de continuidade nos investimentos em alternativas econômicas e tecnologias apropriadas. Esse acordo entre lideranças comunitárias e a equipe técnica do IDSM requer um constante deslocamento de ambas equipes entre a cidade de Tefé, sede do IDSM, e os diversos setores da Reserva.

Figura 1. Participação nas Assembléias Gerais das Comunidades da Reserva Mamirauá- 1992-2004



Quadro 1. Resumo das Assembléias Gerais - AG

Assembléias Ano e Local	Decisões mais importantes
1ª AG – 1993 Uarini	<p>Primeiro zoneamento da Reserva feito pelas comunidades com indicação de áreas de preservação, manutenção e comercialização.</p> <p>Proibida a atividade dos barcos pesqueiros de Manaus, Manacapuru Coari e Codajás na Reserva.</p> <p>As cidades de Tefé, Uarini e Alvarães foram consideradas usuárias da Reserva, desde que apresentassem proposta de uso comprometida com a pReservação.</p> <p>Definidas as categorias de lagos (procriação ou pReservação, manutenção, comercialização, manutenção e comercialização, Reserva e sede).</p> <p>Agendadas reuniões do Projeto Mamirauá junto às Câmaras de Alvarães e Uarini para prestação de informações sobre a Reserva, possibilitando a elaboração de suas propostas de uso.</p>
2ª AG – 1993 Alvarães	<p>Confirmadas as categorias de lagos.</p> <p>O setor Jarauá concordou em ter uma área de sede.</p> <p>Controlar (proibir) a extração de espécies madeireiras ameaçadas de extinção: samaúma, virola, jacareúba, macacaúba e cedro.</p>
3ª AG – 1994 Tefé	<p>Apresentação dos trabalhos e pesquisas desenvolvidos para elaboração do Plano de Manejo</p>
4ª AG – 1995 Tefé	<p>Definição de áreas para pReservação de aves e quelônios.</p> <p>Medidas para pReservação do peixe-boi.</p> <p>Apresentação e discussão de medidas preliminares para o manejo do jacaré.</p> <p>Apresentação dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas para elaboração do Plano de Manejo.</p> <p>Apresentação das sugestões dos setores para discussão do plano de manejo com os moradores e usuários.</p>
	<p>Aprovação do Plano de Manejo, com as seguintes alterações: fechamento das áreas de sede; extinta a área proposta para a proteção do jacaré no rio Solimões; os setores que tiveram lagos</p>

5ª AG – 1997 Tefé	de manutenção atingidos pela zona de proteção continuariam utilizando estes lagos até que alternativas econômicas fossem implantadas; aprovado o uso da malhadeira, exceto para pesca do pirarucu.
6ª AG – 1999 Tefé	Aprovada a reabertura de negociações dos setores com a Colônia de Pescadores Z4 de Tefé para voltar a utilizar a Reserva. Foram levantados critérios para a expansão das atividades do Projeto Mamirauá a outros setores da Reserva. Foi feita uma avaliação dos compromissos assumidos pelo Mamirauá e comunidades.
7ª AG – 2000 Tefé	Avaliação, pelos setores, dos trabalhos do ano anterior para implantação do Plano de Manejo.
8ª AG – 2001 Alvarães	- Sobre a participação no fórum Assembléia Geral, foi decidido que cada comunidade tem direito a enviar 2 representantes de comunidade e mais 2 de grupos organizados (mulheres, agentes ambientais, agricultores, pescadores, madeireiros e outros). - Foram realizadas as primeiras discussões sobre política de ocupação: problemas com os parentes que não moram nas comunidades, mas usam os recursos; problemas com a fiscalização; problemas com áreas indígenas; proprietários de terras dentro da Reserva; moradores que não participam e querem os benefícios. Foi aprovado que os setores poderiam negociar áreas de pesca dentro do respectivo setor com a Associação dos Pescadores de Alvarães.
9ª AG – 2002 Tefé	Aprovado o regimento geral da AG e o direito a voto foi dado somente a dois (2) representantes por comunidade. Os outros representantes têm direito à voz; Aprovadas com algumas alterações as propostas que os setores elaboraram ao longo do ano para Política de Ocupação;
10ª AG – 2003 Tefé	Avaliação do Plano de Manejo e levantadas as dificuldades para o seu cumprimento. Foram tirados alguns encaminhamentos para superar as dificuldades: estudar o Plano de Manejo nos encontros de setor para lembrar suas normas e mostrar os bons resultados dos setores que cumprem essas normas; levar novamente o Plano de Manejo ao conhecimento das prefeituras dos municípios do entorno da Reserva, delegacias de polícia e secretarias de meio ambiente para denunciar as pessoas que não respeitam normas; pedir apoio ao IBAMA e IDSM para fiscalização; continuar convidando as autoridades para as reuniões do setor; punir comunidades e comunitários, tirando o direito de usarem os recursos do setor para comercialização, ficando permitido somente para a manutenção. Política de Ocupação: os setores avaliaram o cumprimento das normas e mantiveram as propostas do ano anterior. Fiscalização: foi feita uma avaliação da atividade na RDSM e foram feitos alguns encaminhamentos: compromisso das comunidades; parceria com órgãos públicos; capacitação de agentes ambientais; punições sérias para os infratores.
11ª AG – 2004 Comunidade do Jarauá	Avaliação dos encaminhamentos deliberados na X Assembléia Geral, realizada em 2003 Discussão sobre a formação do Conselho Deliberativo da Reserva

Em março de 2004 foi realizada a XI Assembléia Geral, com a participação de 128 representantes de 42 comunidades dos 08 Setores da RDSM. Estiveram presentes no evento, a convite das lideranças comunitárias, os representantes de instituições locais: Grupo de PReservação e Desenvolvimento - GPD, representantes do IBAMA-Tefé e da RESEX Juruá, União das Nações Indígenas – UNI-Tefé, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas-SDS, Pastoral da Criança, Secretaria de Saúde de Alvarães, Prelazia de Tefé, Conselho Missionário Indigenista-CIMI, Rádio Rural de Tefé, 16ª Brigada de Infantaria e Selva, além de representantes do Instituto Mamirauá.

A XI Assembléia Geral foi a primeira a ser realizada na própria Reserva Mamirauá, na comunidade São Raimundo do Jarauá, Setor Jarauá. Toda a organização e custos com transporte e alimentação foram arcados pelos moradores e usuários da Reserva como nos anos anteriores, denotando assim um fortalecimento nessas ações. A decisão de transferir essa reunião também para a Reserva, visto que os encontros setoriais são nas comunidades, foi tomada na X Assembléia Geral em 2003. As assembleias anteriores foram realizadas nas sedes dos municípios do entorno (Tefé, Alvarães e Uarini), mas a partir de 2004 todas as assembleias serão realizadas nas comunidades/setores da Reserva. Em março de 2005, a XII Assembléia Geral de Moradores e Usuários da Reserva Mamiraua será realizada no Setor Mamirauá, na Comunidade Vila Alencar.

A XI Assembléia Geral teve como principais pontos de pauta a avaliação dos encaminhamentos tirados na X Assembléia Geral, realizada em 2003, e a discussão sobre a formação do Conselho Deliberativo da Reserva. Uma das principais decisões tomadas na assembleia do ano anterior foi um maior compromisso dos setores nas ações de fiscalização. Estas ações foram avaliadas também como as que encontram as maiores dificuldades para serem realizadas. Os setores que têm um nível maior de organização e onde as alternativas econômicas já estão dando um bom retorno financeiro, como no setor Mamirauá e no Setor Jarauá, conseguem manter a fiscalização, enquanto que os outros ainda precisam de mais apoio da equipe do Instituto para esse fim. Nos Setores Mamirauá e Jarauá as atividades econômicas de ecoturismo e manejo de pesca custeiam, respectivamente, grande parte das ações de fiscalização.

As discussões sobre a fiscalização da Reserva, como nos anos anteriores, identificaram algumas dificuldades, tais como: falta de recursos e organização de alguns Setores e de algumas Comunidades; falta de agentes ambientais em algumas Comunidades; falta de apoio e ação das autoridades competentes; falta de apoio do IDSM para a fiscalização nos Setores; falta de organização dos pescadores. A assembleia manteve os encaminhamentos do ano anterior para tentar resolver estes problemas: compromisso maior por parte das comunidades com a pReservação; buscar parceria junto aos órgãos públicos; formar/capacitar mais agentes ambientais; buscar recursos para trabalhar na fiscalização; estabelecer punições para os infratores.

Com o objetivo de solucionar parte dessas dificuldades foram realizadas expedições mensais de fiscalização pela equipe do Instituto Mamirauá, com apoio do IBAMA e IPAAM, em toda a área da Reserva, incluindo também parte da Área Subsidiária da RDSM e a área focal da RDSA. A partir de maio de 2004, com recursos da Fundação Bety e Gordon Moore, através da Wildlife Conservation Society – WCS, foi possível reativar a fiscalização dos agentes ambientais nos setores Tijuaca, Horizonte, Liberdade e Ingá da Reserva Mamirauá e no Setor São José da Reserva Amanã. Agora todos os 08 setores da Reserva Mamirauá e 02 setores da Reserva Amanã estão sendo cobertos com as ações de fiscalização com apoio dos agentes ambientais comunitários.

No primeiro semestre de 2004, para apoiar a organização das comunidades, foi realizado um curso de formação de lideranças para as diretorias de associações do setor Ingá, com a participação de 36 representantes das 6 comunidades do Setor. Foi realizado também o III Encontro de Agentes Ambientais, que contou com a participação de 19 agentes ambientais e representantes do IPAAM, do IBAMA e do Pró-Várzea. Os principais temas discutidos foram: o papel dos parceiros e as responsabilidades do IBAMA, do IPAAM, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Polícia Militar e do IDS Fonte Boa; Legislação – o Plano de Manejo da Reserva Mamirauá; Lei 9.605; Resolução do Conama sobre os Mutirões Ambientais e Estatuto do Desarmamento.

No segundo semestre de 2004 foram realizados 2 cursos de formação de agentes ambientais voluntários para atuarem nas duas Reservas. Teve a participação de 61 agentes ambientais, sendo 31 novos formados. Na Reserva Amanã está em processo de negociação, um acordo de pesca para uso sustentado de uma área dentro da RDSA, denominada de Pantaleão, que envolve as comunidades do Setor São José e as Colônias de Pescadores de Tefé e Alvarães, com a assessoria dos Programas de Gestão Comunitária e de Manejo de Pesca do IDSM. Espera-se com essas medidas amenizar parte dos problemas de invasão, tanto nas áreas de preservação das Reservas, quanto nas áreas de uso sustentado das comunidades.

Visando o fortalecimento político das comunidades, começou, em 2004, o processo de formação do Conselho Deliberativo da RDSM. Para a formação do Conselho é necessário mobilizar todas as comunidades, discutir com elas o que é o Conselho Deliberativo e seus objetivos principais e, capacitar politicamente as lideranças comunitárias para exercício de conselheiros. Com o objetivo de atender a estas demandas foram realizados no segundo semestre de 2004: 1 encontro em cada um dos 8 setores da Reserva Mamirauá e 2 oficinas de relações sociais de gênero (uma para os setores do rio Japurá e outra para os setores do rio Solimões) para discutir especificamente os papéis das lideranças comunitárias no Conselho Deliberativo. Os encontros setoriais mobilizaram um total de 325 participantes e as oficinas de relações sociais de gênero contaram com 27 participantes dos 8 Setores da Reserva Mamirauá.

A partir de 2004, como já mencionado acima, o indicador utilizado para medir o apoio à regulamentação da Reserva passou a ser medido através do número de associações comunitárias envolvidas em gestão participativa dos recursos naturais das Reservas.

Com a implementação dos programas de alternativas econômicas, a partir da aprovação do Plano de Manejo da Reserva Mamirauá, o manejo sustentado de alguns recursos, principalmente pesqueiros e florestais, só foi possível mediante a formação e registro de associações comunitárias. As estruturas comunitárias já existentes apresentam uma forma de organização baseada em princípios comunitários e presidencialistas, mas a maioria funcionava informalmente e com pessoas à frente da organização da comunidade há vários anos.

As atividades para manejo dos recursos exigem um sistema de organização formal, que precisa de mais envolvimento dos moradores nas atividades de manejo e no gerenciamento das associações. Visto que, uma vez que essas organizações são formalizadas e registradas em cartório e na Receita Federal, precisam obedecer às normas do seu Estatuto de Constituição. Esta nova dimensão que as organizações tradicionais estão tomando, exige cada vez mais de seus dirigentes

e associados compromissos e habilidades que, na maioria das comunidades, está muito além de suas realidades.

Para amenizar estas dificuldades, a equipe do Programa de Gestão comunitária, com apoio dos programas de alternativas econômicas vem dando assessoria para as comunidades tanto no processo de formação das associações quanto para a sua manutenção, que se constitui como o processo mais difícil.

Desde 1998 que a equipe do Instituto Mamirauá vem desenvolvendo atividades com o objetivo de formar associações comunitárias para a gestão participativa e manejo dos recursos naturais das Reservas. Para envolver todos os moradores nesse processo, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho, com o uso de técnicas participativas, em que o processo de constituição das associações é realizado por etapas ao longo do ano. Essas etapas incluem discussões sobre conceitos de associativismo, papéis dos membros da diretoria e dos demais associados, objetivos da associação, direitos e deveres dos associados. Para identificar os componentes da diretoria, principalmente o presidente da Associação, é realizada uma discussão sobre o perfil que cada membro deve ter.

Ao longo desses anos, já foram formadas e registradas 35 associações comunitárias (25 na Reserva Mamirauá e 10 na Reserva Amanã), e em 10 comunidades está em discussão a constituição do Estatuto.

Consideramos como V0, 4 associações e a meta para 2004 é ter mais 1 com capacidade de auto-gestão, ou seja, exigindo menos esforços da equipe do Instituto Mamirauá para sua manutenção. As 4 associações identificadas como capazes de gerenciar suas atividades visando a gestão participativa para o manejo dos recursos naturais das Reservas são:

1 – Associação de Produtores do Setor Jarauá – APSJ. Seu processo de formação começou em 1998, mas foi registrada só em 2001 com 92 associados e, atualmente, conta com 101 associados, moradores das 4 comunidades do Setor Jarauá. Tem como objetivos principais a organização para manejo de pesca, que consiste em fiscalização dos lagos, monitoramento de estoques através da contagem de pirarucu, pesca e comercialização de pescado, principalmente pirarucu (*Arapaima gigas*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*). Vem desenvolvendo essas atividades desde 1999.

2 – Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá – AAGEMAM. Seu processo de formação começou em 2000 e foi registrada em 2000 com 27 associados de 5 comunidades do setor Mamirauá. Tem como objetivos principais prestar serviços de ecoturismo para a Pousada Uacari do Programa de Ecoturismo do Instituto Mamirauá.

3 – Associação Comunitária São Francisco do Aiucá, tem 60 associados, seu processo de formação começou em 2000 e foi registrada nesse mesmo ano. Seus principais objetivos são a organização para manejo florestal comunitário. Esta organização consiste em planejamento por seus associados para a realização de levantamento de estoques, seleção de árvores, exploração e comercialização da madeira manejada. Desde 2002 que vem realizando essas atividades.

4 – Associação de Produtores do Setor Coraci – APSC, foi formada em 2002 com 41 sócios. Tem como objetivo principal a organização para manejo de pesca, que consiste em fiscalização dos

lagos, monitoramento de estoques através da contagem de pirarucu, pesca e comercialização de pescado, principalmente pirarucu (*Arapaima gigas*) tambaqui (*Colossoma macropomum*). Vem desenvolvendo essas atividades desde 2002.

Para alcançar a meta estabelecida em 2004, a equipe de gestão comunitária continuou o trabalho de assessoria das associações de 2 setores da Reserva Mamirauá - Tijuaca e Horizonte - e, de acordo com a avaliação das associações foi possível identificar mais 01 associação com capacidade de auto-gestão, atingindo, desse modo, 05 associações que foi a meta estabelecida para 2004. A quinta associação identificada é:

5 – Associação Comunitária Boas Novas de Nova Betânia. Seu processo de formação começou em 1999 e foi registrada em 2000 com 21 associados. Atualmente tem 32 moradores da Comunidade associados. Tem como principal objetivo a organização para manejo florestal comunitário, que demanda um certo nível de organização capaz de executar todas as etapas que antecedem a exploração florestal propriamente dita, tais como, levantamento de estoques e seleção de árvores, práticas e corte de baixo impacto, exploração e comercialização da madeira.

A capacidade de auto-gestão dessas associações consiste em ter todos os membros da diretoria exercendo as suas funções e os associados cumprindo seus deveres: manutenção dos livros contábeis e de ata das associações, e capacidade de gerenciamento de todas atividades relacionadas à gestão participativa para manejo dos recursos naturais das Reservas. As demais associações estão em processo de amadurecimento político, que consiste em obter estabilidade na diretoria das associações, capacitação das lideranças para o manejo dos conflitos entre os interesses dos comunitários, gerenciamento contábil, e desenvolvimento de habilidades para o registro em atas das decisões das assembleias dos associados e encaminhamentos dessas decisões. Esse amadurecimento decorre da prática do manejo comunitário e demanda acompanhamento mais intenso da equipe técnica e social do Instituto Mamirauá.

Com o objetivo de alcançar a meta estimada, em 2004, foram realizados 8 treinamentos em associativismo/assessoria contábil para 8 comunidades da Reserva Mamirauá e 12 treinamentos/formação em associativismo para 4 comunidades da Reserva Mamirauá e 8 comunidades da Reserva Amanã, capacitando um total de 454 moradores das duas Reservas.

Indicador 1	Unidade	Peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de associações comunitárias envolvidas em gestão participativa dos recursos naturais	N	3	4	5	5
Mamirauá					4
Amanã					1

2.3.2. INFORMAÇÃO

Este macroprocesso registra as atividades produzidas pelo IDSM com o objetivo de disseminar os resultados dos seus investimentos direcionados à conservação e uso da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida da população para a sociedade civil em geral. Essas atividades buscam, através da informação, ampliar os processos de conscientização ambiental e a participação em defesa da conservação ambiental das florestas alagadas na Amazônia. Uma vez que os investimentos sociais dos diversos programas do IDSM são feitos experimentalmente em áreas amostrais, face à grande extensão das áreas e ao uso de metodologias inovadoras, uma ampla divulgação dos seus resultados é a condição fundamental para o fortalecimento do manejo participativo no uso dos recursos naturais. As ações são realizadas com recursos metodológicos diferenciados, baseadas nos princípios da educação popular e participativa, procurando atingir o maior número possível de moradores das comunidades das Reservas, das suas áreas de entorno e dos principais centros urbanos. Essas ações são também extensivas às organizações governamentais e não governamentais, que estão direta e indiretamente envolvidas em programas de conservação.

A realização destas atividades ocorre com a participação integrada dos diversos programas do IDSM, o que tem exigido investimentos em qualificação de alguns membros da equipe na adequação de instrumentos de comunicação. Participam pesquisadores, das áreas sociais e biológicas, extensionistas e lideranças comunitárias, que passam a atuar como agentes multiplicadores dos processos. Há também o crescente envolvimento das escolas rurais e urbanas neste processo de disseminação de informações, com a participação de agentes mirins (jovens) nos programas de educação ambiental e de educação para saúde.

No relatório final de 2002 foi mencionada a importância que teve a ativação do Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton (CIEAC), com recursos do Programa de Educação para Ciência do CNPq e outras fontes de financiamento, para a realização de atividades de disseminação dos resultados dos nossos programas de uso sustentado dos recursos naturais. A partir de abril de 2003, a assinatura do convênio com a Esso Brasileira de Petróleo, destinando recursos exclusivamente à manutenção deste centro e às atividades de educação ambiental, possibilitou a ampliação considerável do conjunto de práticas de disseminação, especialmente aquelas direcionadas às escolas urbanas de Tefé, envolvendo jovens, e seus professores, em atividades de educação para ciência.

Considerando-se que estão sendo ampliados os esforços nesta direção, a comissão de avaliação sugeriu um melhor detalhamento deste macroprocesso. Assim sendo, a partir deste ano são aferidos os seguintes indicadores:

- 2- Número de eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM
- 3- Atualização/disponibilização na home page dos produtos técnico-científicos publicados no período.
- 4- Número de programas “Ligado no Mamirauá”
- 5- Número de Boletins “O macaqueiro” distribuídos
- 6- Número de eventos de disseminação realizados pelo IDSM

7- Número de pesquisadores/extensionistas do IDSM participando, na qualidade de conferencistas, em eventos promovidos por outras instituições para divulgar os produtos do IDSM.

O **Indicador 2** desse macroprocesso refere-se ao número de eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM.

O IDSM promoveu dois eventos de difusão científica em 2004. Os maiores destaques do semestre foram a organização e realização do I Seminário Anual de Pesquisas do Instituto Mamirauá (I SAP), e do 2º Simpósio Interno de Monitoramento (2º SIM), sob a responsabilidade da Diretoria Técnico-Científica deste Instituto.

Com o objetivo de avaliar os atuais resultados das linhas de pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM, promover a integração das diferentes informações coletadas pelos projetos de pesquisa e definir linhas emergentes, teve lugar em Tefé (AM), durante os dias 3 a 5 de junho de 2004, o *I Seminário Anual de Pesquisas do IDSM (I SAP)*. O cerne do evento incluiu observações e sugestões de especialistas externos do MCT, INPA e WCS. A programação do I SAP constou de três palestras (sobre os atuais rumos das pesquisas no IDSM, sobre as características gerais do meio ambiente da várzea amazônica e sobre o papel das ciências sociais na conservação da biodiversidade e no seu uso sustentado), e de 21 apresentações orais e 14 painéis.

Este evento constitui um extraordinário avanço na apresentação e disseminação de conhecimento detalhado dos resultados obtidos das diferentes pesquisas, realizadas nas Reservas de Mamirauá e Amanã. Três principais componentes do programa de pesquisas foram abordados: i) a diversidade e dinâmica de populações animais e vegetais, ii) o uso e manejo de recursos renováveis (principalmente em relação à caça, pesca e madeira) iii) os aspectos sócio-econômicos que dominam a região do Médio Solimões. As principais discussões foram dirigidas no sentido de buscar uma unificação ou integração das informações obtidas. Foram também discutidos os assuntos relativos à necessidade de espacialização das diferentes pesquisas numa escala afim, como forma de integrar resultados das diferentes pesquisas. Foi também observado um interesse geral dentre os participantes no sentido de promover estes encontros com periodicidade anual, como instrumento de uma maior integração das diferentes pesquisas.

O I SAP representou também a confirmação do compromisso da OS com a produção de conhecimento científico como a principal ferramenta para alcançar modelos sustentáveis de uso dos recursos naturais, sua conservação e a conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

Durante os dias 02 a 04 de dezembro de 2004 aconteceu no auditório da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé (AM), o *2º Simpósio Interno de Monitoramento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2º SIM)*. O objetivo deste evento foi apresentar os principais padrões observados pelos mais de 20 projetos de monitoramento em curso no IDSM acerca de aspectos ambientais e sociais das duas Reservas (RDSM e RDSA), e identificar as tendências futuras dos sistemas monitorados, e os lapsos e lacunas nas atividades de monitoramento desenvolvidas nos últimos anos dentro das Reservas. As ações de monitoramento

foram agrupadas em cinco grandes áreas: Física do Ambiente, Biodiversidade, Usos da Biodiversidade, Alternativas Econômicas e Sócio-economia.

O evento teve um total de 34 apresentações orais, com 50 participantes pesquisadores, técnicos e estagiários do IDSM e de instituições parceiras como o INPA. Este evento foi uma oportunidade de conhecer o estado atual das Reservas e, principalmente, de detectar as possíveis interações e complementariedades dos estudos em curso. Também por meio do 2º SIM foram identificadas as necessidades a serem respondidas posteriormente pelos programas de monitoramento do Instituto Mamirauá. Assim ficam acertados quais os sistemas e subsistemas de monitoramento necessários, e quais devem ainda ser implementados num futuro próximo, em conformidade com as metas indicadas para o IDSM.

Os eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM em 2004 estão discriminados na tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Eventos promovidos pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá por tipo e número de participantes.

Tipo	Número	Título	Promoção	Número de Participantes
Seminário	1	I Seminário Anual de Pesquisas	Diretoria Técnico Científica	45
Simpósio	1	II Simpósio Interno de Monitoramento	Diretoria Técnico Científica	50

A meta estabelecida para o ano de 2004 referente a este indicador foi a realização de dois eventos de difusão científica. Considera-se assim que a meta foi atingida.

Indicador 2	Unidade	peso	V0	Meta para 2004	Alcançado em 2004
Número de eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM	N	3	2	2	2

O **Indicador 3** desse macroprocesso refere-se à atualização/disponibilização na *home page* dos produtos técnico-científicos publicados no período.

Houve grande esforço neste ano, pela diretoria técnico científica deste Instituto em promover a divulgação da nossa produção científica através da mídia eletrônica. Foi assim criada a revista eletrônica Uakari, com os devidos registros institucionais e, a partir de maio, foram amplamente divulgadas as solicitações para apresentação de artigos para essa publicação. Foi elaborado um manual de normas que consta como anexo 6 a este relatório. Já foram enviados dois artigos para publicação e a revista está sendo programada para lançamento no próximo semestre.

Este indicador foi construído com a proposta do IDSM criar um *link* em sua *home page* destinado à publicação eletrônica dos textos científicos produzidos por seus pesquisadores

permanentes e associados. A meta estabelecida para este ano foi disponibilizar, pelo menos, 30% dos produtos técnicos científicos publicados nesse período. Em 2004, foram produzidas 13 publicações técnico-científicas. Deste total, estão disponíveis na *home-page* 5 artigos, o que corresponde a 38% do total produzido, ultrapassando assim a meta prevista para 2004.

A relação bibliográfica da produção científica do período está disponibilizada na *home page*, assim como a edição eletrônica dos números 18, 19, 20 e 21 do boletim trimestral *O Macaqueiro*.

Indicador 3	unidade	Peso	V0	Meta para 2004	Alcançado em 2004
Atualização/ disponibilização na <i>home page</i> dos produtos técnicos científicos publicados no período	%	2	0	30	38

O **Indicador 4** desse macroprocesso refere-se ao número de programas “Ligado no Mamirauá”.

O programa de rádio “*Ligado no Mamirauá*” vai ao ar duas vezes por semana com 30 minutos de apresentação a cada vez, há mais de nove anos. A partir de 2003 foram introduzidas algumas alterações no programa, com o objetivo de transformá-lo em um veículo de comunicação mais integrado aos propósitos da conscientização ambiental. A equipe participou de dois treinamentos e a incorporação de uma estudante, concluinte do curso de Comunicação Social, deu uma nova roupagem ao programa. Para a realização desta atividade foi fundamental a parceria estabelecida com a organização não governamental Rádio Margarida, de grande alcance nos programas de arte educação no estado do Pará.

A grande concorrência com a televisão, que está chegando nas comunidades mais distantes, está exigindo uma revisão no horário da sua transmissão, assim como em seu alcance enquanto instrumento de educação para sustentabilidade. Em recente pesquisa realizada nas comunidades da Reserva Mamirauá, constatou-se que, em 2004, 25% dos 109 domicílios pesquisados possuíam aparelho de televisão, enquanto que em 1991 apenas 1 dos 70 domicílios da amostra possuíam esse equipamento. (Moura, E. 2004).

Para melhor avaliar os resultados do programa relativos à sua principal missão, foi realizada uma pesquisa de opinião, envolvendo 476 comunitários das Reservas Mamirauá, inclusive área subsidiária, e Amanã. A pesquisa foi conduzida para ouvir a opinião dos ouvintes, em suas diversas faixas de idade sobre as mensagens transmitidas no programa, sugestões de mudança na estrutura do programa e no horário de transmissão. Os resultados da pesquisa demonstraram que a presença da televisão está exigindo uma mudança no horário de transmissão do programa e o contato direto com a população, após os mais de dez anos de existência do programa, possibilitou o registro das principais demandas desses ouvintes. Os temas de maior interesse foram saúde, educação ambiental e conservação ambiental.

Em 2004 foi firmada uma parceria com pesquisadores do departamento de comunicação social da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, com alocação de recursos de seu programa de extensão, para a implantação de um programa no IDSM de capacitação de Comunicadores

Populares, com o objetivo de envolver de forma mais intensa e permanente, lideranças jovens em atividades de comunicação social para fortalecer as ações de uso sustentado dos recursos naturais e de ampliação dos processos de conscientização ambiental, dentro e fora das Reservas. O programa prevê a capacitação através de cinco módulos a serem implementados no período de um ano. Já foi realizado o primeiro módulo versando sobre os princípios da comunicação popular, que contou com a participação de 20 jovens de 20 comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã. O curso foi realizado nas dependências do CIEAC, Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton pelo período de 5 dias e ministrado pelo Prof. Narciso Lobo, da UFAM e contando com a participação de 20 jovens, que se deslocaram à Tefé com seus próprios recursos, o que indica a grande motivação para essa capacitação. Novos cursos estão agendados para o ano de 2005. Espera-se, ao final deste investimento, ter um programa de rádio mais direcionado às ações de educação para a sustentabilidade, com maior envolvimento e comprometimento das representações comunitárias na participação da programação e no envolvimento dos comunitários nessas ações.

A proposta é fortalecer ainda mais este instrumento de formação e conscientização política para atingir as populações da área subsidiária a partir do próximo ano.

Estava prevista a realização de 96 programas ao longo do ano de 2004. Foram realizados os 96 programas previstos, considerando-se a meta alcançada.

Indicador 4	Unidade	Peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de programas “ <i>Ligado no Mamirauá</i> ”	N	2	96	96	96

O **Indicador 5** desse macroprocesso refere-se à distribuição de Boletins “O Macaqueiro”.

O Boletim “*O Macaqueiro*” foi projetado para ser uma publicação trimestral para divulgar os principais resultados das diversas atividades do IDSM, tanto na área das pesquisas sociais e biológicas quanto dos diversos programas de intervenção social. Já foram publicados 21 números sendo o número 17 uma edição especial em homenagem ao fundador da Reserva Mamirauá, o biólogo José Márcio Ayres.

Estes boletins são distribuídos em todas as comunidades da Reserva, em escolas das áreas urbanas de Tefé e Alvarães, para instituições de pesquisa e de desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e demais áreas do país. Conforme já registramos em relatórios anuais anteriores, face à limitação de recursos não foi possível publicar os números editados em 2001.

Com o apoio do programa Esso Mamirauá de Educação Ambiental foi possível dar um novo formato ao periódico e retomar as publicações. Em 2002 foram publicados os números 14, 15 e 16, com uma tiragem de 2000 exemplares cada. Para o ano de 2003 fizemos uma única edição, o número especial 17. E, a partir de 2004, foi retomada a periodicidade dessa publicação e distribuição. Na nossa mala direta já estão cadastrados mais de 200 contatos. A divulgação é feita também através da nossa *home page* no endereço www.mamiraua.org.br/macaqueiro/

Em 2003 , com a participação da estagiária, Daniela de Oliveira Danieli, concluinte do curso de comunicação social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi feito um estudo sobre a aceitação do boletim “O Macaqueiro” entre os comunitários. Seu estudo concluiu que, apesar do interesse em receber este boletim, era necessário criar um outro boletim feito pelos comunitários e para os comunitários, com um objetivo mais direcionado aos seus interesses. Assim foi proposta a criação do “O Macaqueiro” Comunidades” com uma edição mais barata e mais detalhada em quatro páginas. Foi feita uma edição experimental com uma tiragem de 500 exemplares. Esses exemplares foram todos distribuídos entre as comunidades. Mediante a aceitação do formato está sendo avaliada, pela equipe responsável, a possibilidade de produção e divulgação desse boletim pelos próprios comunitários. O investimento que está sendo feito para a formação dos comunicadores populares irá contribuir para essa nova atividade. Ainda dependeremos de alocação de pessoal e de recursos para o acompanhamento dessa atividade.

No ano de 2004 foram editados e publicados quatro números do boletim “O Macaqueiro”. O número 18 apresentando as seguintes matérias: início da fiscalização nas comunidades do Amanã, realização da XI Assembléia Geral das comunidades da Reserva Mamirauá, informações sobre as atividades das pesquisas sobre as comunidades de plantas e mamíferos da Reserva Amanã, e sobre o retorno das pesquisas dos pesquisadores Fabiana Scarda e Sergio Rocha que investigaram a relação entre a agricultura de praia e o comportamento dos bichos de casco, e sobre as plantas mais utilizadas pelos comunitários no setor Horizonte. O número 19 apresentando os resultados do monitoramento socioeconômico do Amanã, artesanato, o I Seminário Anual de Pesquisas e as comemorações do Dia do Meio Ambiente. O número 20 apresenta uma carta redigida pelo Prof. Samuel Sá sobre as suas impressões antropológicas de quem visita o Mamirauá pela segunda vez, os resultados da pesquisa de Luciane Lopes de Souza sobre os semeadores das florestas na Reserva Amanã, os investimentos realizados com uso de energia solar fotovoltaica nas comunidades das Reservas, e uma breve apresentação dos principais resultados do programa de bolsas de Iniciação Científica Junior, PBIC/Junior, implantado em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. O número 21 apresenta as seguintes matérias: síntese das principais realizações do Programa Energia Produtiva em seu primeiro ano de implementação, principais resultados obtidos com a III Oficina de Alternativas Econômicas do Instituto Mamirauá, e do II Simpósio Interno de Pesquisas do IDSM, apresentação do programa de Sistemas Agroflorestais do IDSM, e principais resultados do primeiro ano de atividades do Grupo de Estudos em Arte- educação, GEAE.

A distribuição neste ano ocorreu conforme o programado. No primeiro semestre foram distribuídos 5.800 boletins referentes aos números 14,15,16,e 17 que ainda estavam aguardando uma integração com as ações dos programas de educação ambiental. Foram distribuídos nas comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã, na cidade de Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa e para instituições governamentais e não governamentais de várias regiões do Brasil. E no segundo semestre foram distribuídos 1000 exemplares dos números 18 e 19, e 200 exemplares dos números 20 e 21. Está programada a distribuição dos demais exemplares ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2005.

O número 22 já está em fase de edição, garantindo-se a continuidade deste instrumento de divulgação das ações do IDSM, considerando-se portanto, a meta alcançada para o período.

Indicador 5	Unidade	Peso	V0	Meta para 2004	Alcançado em 2004
N. de boletins "O Macaqueiro" distribuídos	N	2	6 000	6 000	7000

O **Indicador 6** desse macroprocesso refere-se ao número de eventos de disseminação realizados pelo IDSM.

Este indicador registra os eventos que são promovidos pelo IDSM com o objetivo de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através das pesquisas sobre o manejo sustentado dos recursos, das atividades de monitoramento e das atividades dos programas de alternativas econômicas e de qualidade de vida para a população em geral, em especial para os núcleos urbanos da área de entorno das Reservas. Esta divulgação é muito importante para o fortalecimento da conscientização ambiental em defesa da conservação da biodiversidade e para o aumento da confiabilidade da opinião pública.

Para o ano de 2004 foi estabelecida como meta a promoção de 75 eventos de disseminação. Em 2004 foram realizados 114 eventos, tendo grande destaque o número de palestras (44) promovidas nas escolas de Tefé, através do programa de educação ambiental. A distribuição dos eventos, por tipos e população alvo está apresentada no quadro a seguir. No apêndice 2 deste relatório estão discriminados os eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM.

Quadro 2. Eventos de disseminação promovidos pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, por tipo, quantidade e população alvo.

Tipo	Número	Título	Promoção	Número de Participantes
Capacitações Externas	2	I e II Capacitação Externa em Exploração Florestal de Impacto Reduzido	Programa de Manejo Florestal Comunitário	28 comunitários da Área Subsidiária da RDSM; 2 Técnicos do IDS Fonte Boa e 2 Engenheiros Florestal da SDS
	1	Capacitações de Educadores Ambientais Mirins e Jovens.	Programa de Qualidade de Vida	34 alunos de 4 Escolas Estaduais do município de Tefé e 46 alunos de 3 Escolas Estaduais do município de Alvarães
Cursos	23	Curso de "Pragas e doenças das plantas"	Programa de Agricultura Familiar	

		2º Curso de Exploração Florestal de Impacto Reduzido	Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC) e Fundação Floresta Tropical (FFT)	13 Comunitários da RDSM; 5 Técnicos Florestais; 2 Promotores Comunitários; 1 Engenheiro Florestal do PMFC e 2 Instrutores da FFT.
		Curso Planejamento da Colheita de Madeira em Florestas Tropicais Usando o Software TREMA	IDSM e Projeto Dendrogene	6 técnicos do IDS Mamirauá, 1 da Agência de Florestas, 1 do IDS Fonte Boa, 1 do IBAMA/AM
		Curso Coleta e Identificação Botânica das Espécies da Várzea	IDSM e SAPECA/INPA	4 Técnicos Florestais; 2 Promotores Comunitários; 1 Estagiário PIBIC Jr; 1 Bolsista FAPEAM e 1 Engenheiro Florestal do PMFC e 2 Instrutores da SAPECA e 2 Estagiários da SAPECA
		Curso sobre o uso de Energia renovável e Energia Solar para comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã	Programa de Qualidade de Vida	40 famílias da RDSM
		I Curso de Especialização para Cozinheiras	Programa de Ecoturismo	
		I Curso de Especialização para Camareiras	Programa de Ecoturismo	
		I Curso de Especialização para Copeiras	Programa de Ecoturismo	
		V Curso para Gerência de Campo	Programa de Ecoturismo	
		V Curso para Governanta	Programa de Ecoturismo	
		I Curso de Especialização para Auxiliares de Cozinha	Programa de Ecoturismo	
		Curso de formação de Agentes Ambientais Voluntários	Programa de Gestão Comunitária/Fiscalização – PGC	61 Agentes Ambientais das RDSM e RDSA, sendo 31 novos formados.
		Curso de Inglês para Guias de Ecoturismo	Programa de Ecoturismo, IDSM	18 guias de ecoturismo
		Curso Básico de Inglês para Hotelaria	Programa de Ecoturismo, IDSM	15 camareiras, cozinheiras, copeiras.

		Curso Básico de Manutenção de Motores	Programa de Ecoturismo, IDSM	15 moradores da RDSM.
		I Curso de Formação de Comunicadores Populares	Programa Qualidade de Vida/IDSM e Universidade Federal do Amazonas/UFAM	25 comunicadores divididos entre a RDSM/RDSA e a cidade de Tefé
		I Curso de Formação de Educadores Ambientais	Programa de Qualidade de Vida/IDSM	25 profissionais da área de educação
		Assistência em Planejamento Familiar	IDSM/Ministério da Saúde	27 profissionais da área de saúde: Médico, odontólogo, Enfermeira, técnico e auxiliar de enfermagem Assistente Social, psicóloga e agente comunitário de saúde. Todos atuando em municípios de abrangência das Reservas Mamirauá e Amanã.
		Capacitações em ações básicas de saúde, educação, cidadania e nutrição para líderes Agentes Comunitários de Saúde.	IDSM/Pastoral da Criança	250 Agentes Comunitários de Saúde
		Atenção Qualificada e Humanizada ao Pré-Natal e Puerpério	IDSM/ Ministério da Saúde	32 profissionais da área de saúde
		Capacitação para Parteiras Tradicionais	IDSM/Prefeitura de Alvarães	18 parteiras
		Atenção Humanizada ao parto e nascimento	IDSM/ Ministério da Saúde	52 profissionais da área de saúde.
		Capacitação para saúde integral dos adolescentes e dos jovens	IDSM/ Ministério da Saúde	32 profissionais da área de saúde
Encontros	2	III Encontro de Manejadores da RDS Mamirauá	Programa de Manejo Florestal Comunitário	19 manejadores da RDSM; 7 representantes do IDSM; 1 do IBAMA; 1 do IDS Fonte Boa; 5 de Compradores
		III Encontro de Agentes Ambientais Voluntários	Programa de Gestão Comunitária/Fiscalização - PGC	29 moradores das RDSM e RDSA
Gincanas	1	IV Gincana na cidade de Tefé, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	9 escolas públicas de ensino médio e fundamental do município de Tefé

Intercâmbio	1	Entre o Grupo UAIRA, de Fonte Boa e a Associação de Mulheres de Vila Alencar.	Programa de Artesanato	01 artesã da RDSM da comunidade de Vila Alencar e um membro da equipe do programa.
Oficinas	21	I Oficina de Lideranças do Setor Ingá	Programa de Gestão Comunitária	36 representantes de associações comunitárias
		Oficina de Planejamento Estratégico Participativo do Programa de Artesanato	Programa de Artesanato	09 artesãs da RDSM das comunidades: Vila Alencar, Boca do Mamirauá, Nova Colômbia e Jarauá e 03 artesãs da RDSA da comunidade: São João do Ipecaçu
		Oficina de Planejamento para Grupo de Mulheres do Setor São José	Programa de Artesanato	20 mulheres das comunidades de Várzea Alegre, Repartimento e Samaria
		Oficinas de Tradição Artesanal	Programa de Artesanato	33 artesãs da RDSM das comunidades: Jarauá, Nova Colômbia, Boca do Mamirauá e Vila Alencar e 25 artesãs da RDSA das comunidades: São Paulo, São João do Ipecaçu, Iracema, Vila Nova, Matuzalém
		Oficinas de Criação de Novos Produtos	Programa de Artesanato	10 artesãs da RDSM das comunidades: Jarauá, Nova Colômbia, Vila Alencar e Boca do Mamirauá e 19 artesãs da RDSA
		Oficina de Comercialização de Artesanato	Programa de Artesanato	06 artesãs da RDSM e 28 artesãs da RDSA
		Oficina de Beneficiamento e Aproveitamento da Palha e Fibra da Bananeira	Programa de Artesanato e Programa de Agricultura Familiar	26 participantes
		III Oficina Local de Sistemas Agroflorestais	Programa de Agricultura Familiar	
		Oficina de Escoamento da Produção para o Ecoturismo	Programa de Agricultura Familiar	
		III Oficina Local de Sistemas Agroflorestais	Programa de Agricultura Familiar	

		Oficina de Boas Práticas para utilização dos óleos das castanhas de cotia, andiroba e castanha do Brasil	Programa de Agricultura Familiar e Programa de Manejo Florestal Comunitário	
		Oficina para Sistematizar as Lições Aprendidas do Manejo Florestal Comunitário na Reserva Mamirauá	IDSM e ProManejo	Representantes das 19 Associações Comunitárias com PMFC aprovado, Equipe do PMFC e Representantes do ProManejo
		Direitos trabalhistas dos Agricultores	Programa de Agricultura Familiar	130 famílias da RDSM 87 famílias da RDSA
		Cadeia produtiva da Farinha	Programa de Agricultura Familiar	20 famílias do Setor Coraci
		Oficinas de Relações Sociais de Gênero	Programa de Gestão Comunitária – PGC	27 lideranças da RDS Mamirauá
		Oficina de Alternativas Econômicas	Diretoria de Alternativas Econômicas – DAE	42 pesquisadores/extensionistas do IDSM
		Oficina de melhoria da produção artesanal de sementes.	Programa de Artesanato	09 artesãs da RDSM das comunidades: Boca do Mamirauá e Vila Alencar.
		Oficina de acabamento de artesanato em madeira	Programa de Artesanato	07 artesãs da RDSM da comunidade de Nova Colômbia.
		Oficina de artesanato em barro.	Programa de Artesanato	15 artesãs da RDSA das comunidades: Samaria, São Sebastião do Repartimento e Várzea Alegre.
		Oficina de Fotografia	Programa Qualidade de Vida	15 pessoas
		Oficina de Educação Ambiental: Reaproveitando papel para criar máscaras e vasos.	Programa de Qualidade de Vida/IDSM	20 alunos
Palestras	43	Palestras sobre uso sustentado dos recursos naturais, com os temas: Tambaqui, Pirarucu, Jacaré e Quelônios da Amazônia.	Programa de Qualidade de Vida	1.212 alunos. Escolas públicas de Tefé: Getúlio Vargas, Eduardo Ribeiro, Eduardo Sá, São José e SESC.
	1	Palestra sobre Tecnologias Apropriadas e o uso de energias renováveis	Programa de Qualidade de Vida e Pastoral Social de Tefé	36 alunos de escolas públicas de Tefé

Semanas Comemorativas	2	Semana “Márcio Ayres”	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	
		I Semana de C & T	IDSM e UEA	Aproximadamente 1.000 estudantes de Tefé, dos ensinos fundamental, médio e superior
Seminários	4	Seminário “Desenvolvimento sustentável: ameaças e avanços em 2003” proferida na Semana “Marcio Ayres”	IDSM	
		I Seminário de Agricultura Familiar do IDSM	Programa de Agricultura Familiar	41 pessoas do IDSM, entre extensionistas e pesquisadores (as)
		Uso Produtivo das Energias Renováveis na Amazônia	Renove/IDSM	80 pessoas
		II Seminário Jovem Cientista Amazônida	FAPEAM/IDSM	150 participantes (alunos e professores de escolas públicas de Tefé e Universidade Estadual do Amazonas)
Treinamentos	12	Treinamento de doces e oficina sobre Capacitação de multiplicadores	Programa de Agricultura Familiar	
		Treinamentos em Exploração de Impacto Reduzido	Programa de Manejo Florestal Comunitário	125 manejadores da RDSM
		Treinamentos em Levantamento de Estoque	Programa de Manejo Florestal Comunitário	13 manejadores da RDSM
		Treinamentos em Associativismo – assessoria contábil	Programa de Gestão Comunitária – PGC	266 moradores das 8 comunidades do Setor Tijuca/RDS Mamiraua
		Treinamentos em Associativismo – formação de associações	Programa de Gestão Comunitária – PGC	62 moradores de 4 comunidades do Setor Mamirauá/RDSM e 126 moradores de 8 comunidades da Reserva Amanã.
		Treinamento para guias de ecoturismo	Programa de Ecoturismo IDSM	07 guias de ecoturismo da RDSM
		Treinamento em ornitologia básica.	Programa de Ecoturismo, IDSM.	04 guias de ecoturismo da RDSM
		Treinamento em Hotelaria	Programa de Ecoturismo, IDSM.	18 camareiras, copeiras e cozinheiras.

		Gerência de Hotel	Programa de Ecoturismo, IDSM.	01 gerente da Pousada Uacari
		Governança de Hotel	Programa de Ecoturismo, IDSM.	01 governanta da Pousada Uacari
		Computação Básica	Programa de Ecoturismo, IDSM	04 supervisores da Pousada Uacari.
		Treinamento de Agentes ambientais voluntários (setembro e novembro)	Programa de Gestão Comunitária-Subcoordenação de fiscalização	61 comunitários da RDSM e RDSA 8 membros do IDSM
Vídeo - Conferência	1	Vídeo-conferência Semana Nacional de C&T	RNP/IDSM	30 alunos de Tefé e 30 alunos do Rio de Janeiro
Total	114			

A meta estabelecida para o ano de 2004 referente a este indicador foi alterada de quarenta para setenta e cinco eventos de disseminação realizados pelo IDSM. Em 2004 o IDSM promoveu 114 eventos, extrapolando a meta prevista.

Indicador 6	Unidade	Peso	V0	Meta para 2004	Alcançado em 2004
Número de eventos de disseminação realizados pelo IDSM	N	3	34	75	114

O **Indicador 7** desse macroprocesso refere-se ao número de pesquisadores/extensionistas do IDSM participando, na qualidade de conferencistas, em eventos promovidos por outras instituições para divulgar os produtos do IDSM.

Este indicador mede a participação dos pesquisadores, permanentes e associados, e extensionistas em eventos promovidos por outras instituições locais, nacionais e internacionais para divulgação dos diversos produtos do IDSM. Para o ano de 2004 foi estabelecida a meta de 35 participações, e no decorrer do semestre foram registradas 45 participações de pesquisadores como conferencistas em eventos promovidos por outras instituições.

Tabela 2. Participação dos pesquisadores/extensionistas do IDSM em eventos locais, nacionais e internacionais divulgando resultados dos trabalhos realizados nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Localização	2004
Locais	8
Nacionais	26
Internacionais	11
Total	45

A relação dos temas das conferências, local e instituição patrocinadora está constando no apêndice 3 deste relatório.

Indicador 7	Unidade	Peso	V0	Metas 2004	Alcançado em 2004
Número de pesquisadores/extensionistas do IDSM participando, na qualidade de conferencistas , em eventos promovidos por outras instituições para divulgar produtos do IDSM	N	2	20	35	45

2.3.3. DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS COM USO SUSTENTADO DOS RECURSOS NATURAIS

O macroprocesso de Desenvolvimento de Alternativas Econômicas com Uso Sustentado dos Recursos Naturais refere-se ao acompanhamento dos investimentos feitos em direção ao desenvolvimento sustentável, entendido como o uso dos recursos naturais de forma sustentada promovendo a qualidade de vida da população. Esses investimentos referem-se aos melhoramentos no processo produtivo, envolvendo agregação de valor aos produtos, capacitação dos produtores para o manejo dos recursos, identificação de novos aportes ao processo produtivo com o uso de tecnologias apropriadas, com o recurso do trabalho associado e com os incentivos do programa de micro-crédito.

O desenvolvimento de alternativas econômicas nas RDSM e RDSA apoiadas pelo IDSM estão pautadas no conceito de uso sustentado de recursos naturais, apropriadas e de baixo impacto ambiental. Essas atividades surgiram como um mecanismo de compensação às restrições decorrentes da regulamentação da ocupação do espaço e uso dos recursos naturais nessas unidades de conservação.

O IDSM coordena, através da Diretoria de Alternativas Econômicas-DAE, a implantação de alternativas econômicas que incluem tanto a adaptação de atividades tradicionais como a pesca, a exploração madeireira, o artesanato e a agricultura como a introdução de novas atividades de uso sustentável dos recursos naturais, como o ecoturismo.

O Programa de Desenvolvimento de Alternativas Econômicas com Uso Sustentado dos Recursos Naturais está em curso desde 1997, definido a partir dos resultados das pesquisas e monitoramento do uso dos recursos. Todos os programas até então implantados foram feitos como estudos experimentais ao longo de um a dois anos, em comunidades ou setores que foram selecionados com base em critérios de seu maior comprometimento com as práticas conservacionistas, com base na atuação das suas lideranças, e pelas características ambientais. A estratégia utilizada foi implantar os programas de forma a atuarem como efeitos demonstrativos dos objetivos e princípios do desenvolvimento sustentável e da gestão comunitária, para que fossem canais concretos de comunicação entre as demais comunidades das Reservas e das áreas de entorno. Todas as iniciativas foram e estão sendo diretamente acompanhadas pelos pesquisadores e extensionistas do IDSM que têm, ao longo desses anos, se fortalecido na capacitação para o trabalho com gestão comunitária.

Os indicadores de 8 a 12 tentam medir o desempenho destas alternativas econômicas em seu impacto sobre a população das áreas-alvo das Reservas Mamirauá e Amanã. Busca-se tanto a abrangência das alternativas, que idealmente devem trazer benefícios para todos, quanto medidas de melhorias efetivas na vida destas comunidades ribeirinhas.

O **Indicador 8** registra o número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Manejo da Pesca¹.

Este indicador possui peso 3, e sua situação inicial (V0) refere-se ao desempenho do programa em 2001, quando beneficiava 43 famílias. A meta para o ano de 2002 foi beneficiar 50 famílias, e , em 2003 se propôs a atingir 120 famílias. Já no ano de 2002 foi constatada a grande extrapolação da meta, uma vez que, nesse ano, 175 famílias foram beneficiadas com os investimentos do PCP. Para o ano de 2004 a meta estabelecida foi beneficiar 300 famílias.

O Programa de comercialização de pescado tem como um dos seus principais objetivos a ampliação de suas atividades em outros setores políticos das RDS's Mamirauá e Amanã dependendo de demandas e do tamanho da equipe e dos recursos disponíveis para executar as atividades de extensão e monitoramento necessárias à implementação do programa.

Em 2004 foi possível reiniciar o apoio à comercialização do pescado no Setor Aranapu-Barroso na área focal da RDSM. Em 2003 a implementação do programa não se deu devido a dificuldades financeiras e de falta de pessoal no Programa de Manejo de Pesca para realizar as atividades no Setor, que é o mais distante da área focal da RDSM. Até o momento, todas as três estruturas flutuantes previstas para apoio ao Programa já foram construídas (Projeto financiado pela EMBRAPA) e já iniciaram a operação nas safras de pescado 2004.

Dois profissionais estão destacados a realizar atividades de organização exclusivamente nesse Setor. Desde o início do ano tem sido realizadas reuniões mensais nas comunidades e trabalhos de conscientização com pescadores externos que usam a área da Reserva sem respeitar as normas do plano de manejo e oferecendo preços baixos pela produção pesqueira obtida pelos moradores da Reserva.

Apoio à Gestão Comunitária e Comercialização de Pescado

Em 2004 foram realizadas atividades buscando o melhor desenvolvimento das ações de comercialização de pescado. A primeira delas foi a criação de comissões de comercialização formada por pescadores ribeirinhos das áreas de atuação do Programa de Manejo de Pesca. Os integrantes das comissões foram capacitados para iniciarem o processo de controle das ações de comercialização realizadas, até então coordenadas pelo IDSM. Assim, as associações comunitárias terão uma participação mais marcante nos processos de negociação e controle da produção junto ao IDSM e IBAMA.

Neste sentido, um aspecto importante foi o trabalho em parceria com a Agência de Agronegócios do Estado do Amazonas (Agroamazon). Esta agência apoiou a realização de uma oficina de comercialização e da rodada de negócios realizados no mês de setembro. Estes eventos foram os primeiros desta natureza realizados para fortalecer a comercialização de pescado em Mamirauá.

¹ Até o ano de 2003 esse programa era identificado como Programa de comercialização do pescado-PCP por estar mais direcionado a comercialização das espécies, embora também fizesse o manejo dos recursos. A nova denominação corrige esse erro conceitual do programa e dá maior expressão às atividades desenvolvidas.

A oficina de comercialização contou com a presença de um consultor contratado pela Agroamazon. Os temas abordados na oficina foram o preço mínimo de comercialização; avaliação de custos com captura, armazenamento e distribuição, mão de obra e comercialização e discussão das propostas de compra recebidas com antecedência. Todo o material foi registrado na forma de painéis elaborados pelos próprios comunitários.

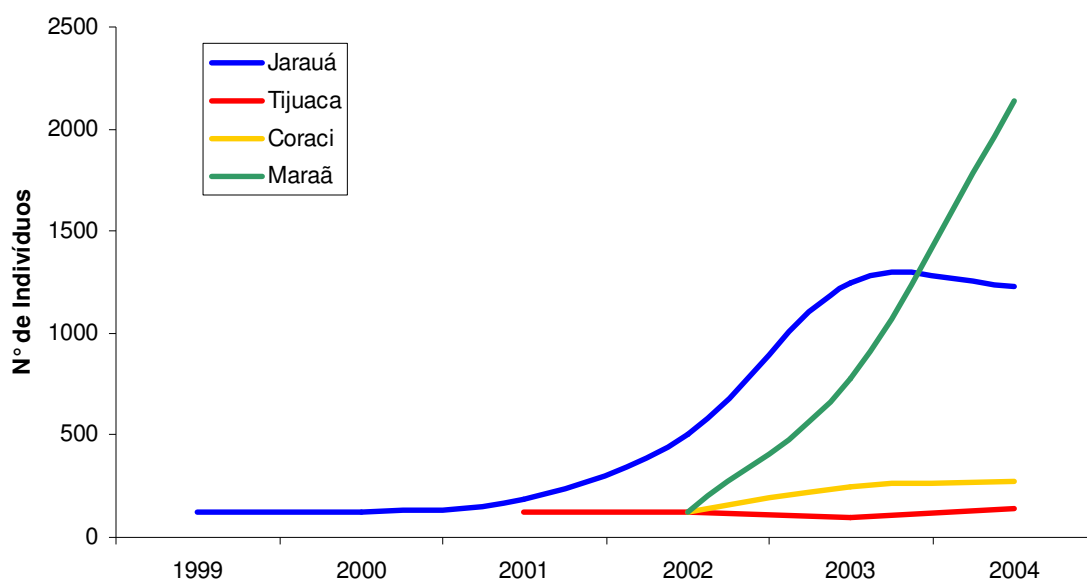
Outro evento de grande importância para o manejo de pesca foi a 1ª Rodada de Negócios para comercialização do pescado. Esta atividade contou com a presença de autoridades municipais, representantes da Agroamazon, empresários e pescadores. Em um dia de trabalho foram apresentadas e discutidas propostas de compra e venda de pescado manejado das duas Reservas. Resultado dessa rodada foi a negociação de aproximadamente 50% da cota prevista para 2004.

Manejo de Pirarucu

Em outubro de 2004 o IBAMA/AM autorizou a pesca, armazenamento e transporte de 3780 (três mil setecentos e oitenta) pirarucus dentro das ações do PCP (Autorização N° 021/2004). Esta quantidade renderia aproximadamente 170 toneladas na forma de peixe inteiro. Pescadores de três setores políticos das Reservas Mamirauá e Amanã e da Colônia de Pescadores de Maraã foram beneficiados com esta autorização.

A evolução das cotas (figura 2) mostra que houve um incremento na quantidade de peixe autorizado em relação a 2003, com exceção do setor Jarauá (RDSM).

Figura 2. Evolução das cotas de captura de pirarucu (*Arapaima gigas*) autorizadas pelo IBAMA/AM aos comunitários pescadores das RDSM e RDSA e Colônia de Pescadores Z-32 de Maraã.



O número de peixes solicitados ao IBAMA corresponde a 30% do total de peixes adultos (maiores que 1,5 m) que existem nos lagos onde é feito o manejo. Este número é definido através do sistema de contagem pela boiada que o peixe faz quando vai até a superfície para respirar. A princípio, haverá mais peixe em setores cuja organização para o manejo da pesca e fiscalização é forte, porém, isso não ficou evidente em 2004. O setor Jarauá tem um nível de organização elevado com sistemas de fiscalização e punição a infratores bem estruturados e, contudo, teve uma diminuição na cota (-1,6%) solicitada e aprovada pelo IBAMA.

Este caso deve ser analisado com cautela devendo ser avaliadas questões ecológicas e biológicas da espécie para poder avaliar as causas da diminuição do pescado disponível nesse setor. Mesmo assim, não é descartada a possibilidade de ter havido invasões de pescadores externos ou mesmo de dentro das comunidades que não tenham sido registrados pelos fiscais.

Os setores Coraci e Tijuaca tiveram incremento na sua cota na ordem de 8% e 42%, respectivamente. Isso é um sinal positivo para o setor Tijuaca na questão ambiental que em 2004 tem demonstrado interesse em melhorar sua atuação no manejo pesqueiro. Mesmo assim, este setor continuará a ser avaliado para aprimorarem seu sistema.

Diferente da comercialização do pirarucu em 2003 onde houve apenas um comprador para toda a produção, em 2004 foram assinados contratos com 14 compradores diferentes. Os contratos tiveram quantidades de pescado que variaram entre 100 e 30.000 kg. A tabela 3 mostra a relação dos compradores do pirarucu proveniente da pesca manejada nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã em 2004.

Tabela 3. Relação de compradores do pirarucu proveniente da pesca manejada nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã em 2004.

Comprador	Empresa	Destino	Quantidade (kg)	R\$/kg
Francinaldo Araujo de Souza	Mercadinho Superbife	Manaus	19.843,00	4,50
Leonildo Silva	ASCOPEPT	Tefé	4.375,00	3,00
Francisco Ancillero	Dom Francisco Restaurantes	Brasília	2.522,00	8,00
Antônio Mendes		Manaus	1.910,00	4,50
Elena Nunes da Fonseca	Mercadinho São Paulo	Tefé	102,00	4,50
Maurício de Freitas	Mercadinho Freitas	Tefé	168,00	4,50
Maria Marinho	Restaurante Stilo's	Tefé	106,00	4,50
Antônio de Menezes	Casa Eliane	Tefé	212,00	4,50
Sidnei Moreira do Carmo		Manaus	380,00	7,00**
José Rodrigues	Frigorífico Josileu	Tefé	2.212,00	4,00
Oswaldo Barreto da Costa		Manaus	5.389,00	4,00
Agroamazon	Agroamazon	Manaus	54.575,00	5,00*
Daniel Laborda		Manaus	13.088,00	4,60
Kenedy/Alquimar		Manaus	23.722,00	4,30

* Peixe Inteiro Descabeçado Eviscerado. ** Manta Seca Salgada

A elaboração dos contratos foi obrigatória, assim como seu registro em cartório, sendo esta uma garantia que pode auxiliar na cobrança de dívidas.

Alguns atrasos relacionados à chegada em Tefé dos lacres que seriam colocados nos peixes para controle do IBAMA e também por causas naturais como a demora na descida do nível do rio fez com que o tempo disponível de pesca fosse de apenas 16 dias. Mesmo assim, as expectativas de cota a ser pescada foram superadas e o total capturado nas quatro áreas foi de 3.270 peixes, 86,5% do total autorizado.

Os principais indicadores econômicos do PCP constam na tabela 4.

Tabela 4. Principais indicadores econômicos da pesca manejada do pirarucu em áreas de manejo nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã

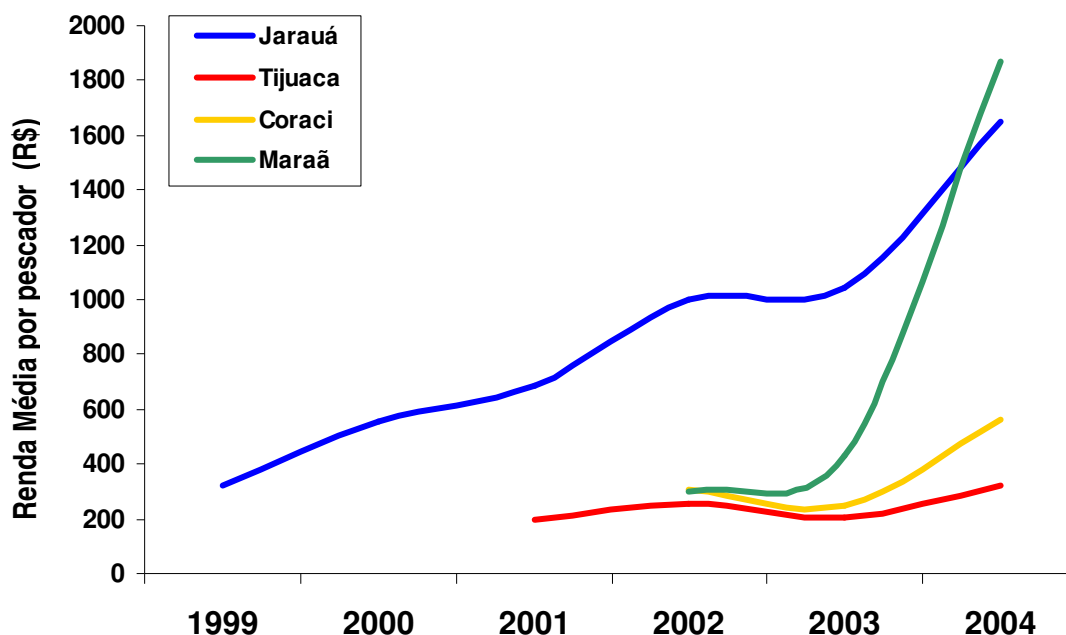
PARÂMETROS	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Pescadores	42	46	107	234	277	404
Pirarucu (t)	3,0	3,5	6,4	32,8	72,5	128,6
Comprador	Manaus	Manaus	Brasília	Manacapuru e Brasília	Tefé	Manaus, Tefé e Brasília
Valor Médio de Mercado (R\$/kg)	3,85	6,00	8,00	4,00	3,75	4,70 Manta 5,00 Inteiro 7,00 Salgado
Renda média per capita (R\$)	320,00	556,00	503,41	484,05	508,00	1.454,13

Em 2004 houve um aumento de 40,4% no número de pescadores participantes. O maior incremento foi em Maraã (75%). O grande aumento no número de pescadores deverá ser avaliado, pois as cotas de pesca estão tendendo a se estabilizar e se não ocorrer o mesmo com o número de pescadores, os retornos econômicos desta atividade ficarão diluídos. Além disso, devemos observar a capacidade de um determinado ambiente de pesca suportar um grande número de pescadores.

Em 2005 deverá ser trabalhado com as associações participantes no manejo, os critérios para a participação de pescadores no PCP. Isto deverá ser associado com o trabalho de intensificação de capacitação em manejo para inserção de novas áreas e a recuperação das áreas mais exploradas.

A renda média em 2004 foi de, aproximadamente, o triplo do que a de 2003. Até dezembro de 2004 todos os pescadores receberam o pagamento de sua produção e os dados apresentados neste relatório são os oficiais para esse ano. A evolução da renda média por pescador e por setor mostra uma recuperação em relação a 2003 e um crescimento desde o início das atividades do PCP nas duas Reservas (figura 3).

Figura 3. Renda média de pescadores participantes do Programa de Comercialização do Pescado nas quatro áreas de manejo nas RDS Mamirauá e Amanã.



Acordos de Uso

A elaboração do acordo de uso da área conhecida como Pantaleão, dentro do setor São José na RDSA, pelas colônias de pescadores de Tefé (Z-4) e Alvarães (Z-23) teve continuidade no segundo semestre de 2004.

Este acordo trará benefícios diretos aos pescadores profissionais destas colônias e contribuirá com o abastecimento de pescado nas sedes dos municípios no entorno das RDSM e RDSA. Os comunitários dos setores São José e Coraci (RDSA) terão benefícios diretos e indiretos relacionados ao aumento dos estoques pesqueiros com mais uma área protegida, incentivo à filiação em Colônias de Pescadores e com a comercialização em parceria com estas colônias.

Contabilizando as ações do Programa de Manejo da Pesca em cinco áreas das RDSM e RDSA, referente a ações de capacitação e de apoio ao manejo da pesca, o indicador superou a meta prevista. Em 2004 um número maior de pescadores e suas famílias foram beneficiados com a comercialização de pescado de forma legal demonstrando o crescente interesse das populações ribeirinhas nas atividades que o manejo demanda.

Indicador 8	Unidade	Peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Comercialização do Pescado – PCP	N	3	50	300	324

O **Indicador 9** assinala o número de famílias beneficiadas com o Manejo Florestal Comunitário – PMFC. A meta prevista para 2004, de atender 250 famílias, foi ampliada para 340 para torná-la mais desafiadora, uma vez que o Programa vinha superando sua meta nos últimos anos.

O Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC) do Instituto Mamirauá tem por objetivo promover a conservação da floresta de várzea através do manejo dos recursos florestais. O processo de implantação do manejo florestal comunitário seguiu os mesmos princípios de participação comunitária e embasamento científico que caracterizam a gestão da Reserva, com um forte componente de incentivo, capacitação e assessoria nos aspectos técnicos e de gestão comunitária. Atualmente o manejo florestal vem sendo desenvolvido em 19 comunidades de 5 setores da área focal da RDSM e está sendo ampliado para comunidades da área subsidiária da Reserva. À medida que o manejo está sendo disseminado às comunidades da Reserva, diminui a exploração ilegal de madeira na área. Os impactos do manejo florestal comunitário estão sendo monitorados e devem contribuir para o aperfeiçoamento do sistema.

O PMFC foi implantado na Reserva Mamirauá em cinco comunidades do Setor Tijuaca, identificado como o setor para o experimento inicial. Já em maio de 2000 os cinco primeiros planos de manejo florestal comunitário haviam sido aprovados, sendo o programa pioneiro no Estado do Amazonas. Desde então o manejo florestal vem sendo disseminado para outras comunidades da Reserva, sendo atualmente uma prática em cinco setores da área focal da RDSM.

O sucesso do sistema de manejo implantado criou uma demanda crescente para replicação do modelo em outras áreas, especialmente para outras Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, levando o PMFC a investir na estruturação de um programa de capacitação externa, dirigido a populações rurais, técnicos e tomadores de decisão. Em 2004 os principais eventos de capacitação externa tiveram como tema os princípios do manejo florestal comunitário e a exploração florestal de impacto reduzido, e foram direcionados a manejadores florestais e técnicos.

Em 2004 o Programa deu continuidade à participação nas discussões nacionais no âmbito das políticas públicas florestais, integrando o Grupo de Trabalho de Manejo Florestal Comunitário – GT/MFC que vem liderando as discussões sobre a revisão do marco legal do manejo florestal, um dos principais entraves do manejo na Amazônia.

O PMFC do IDSM é mantido, em 80% das suas atividades, com recursos do ProManejo, cujo projeto se prolongará até agosto de 2005. Existem perspectivas de continuidade do apoio

financeiro ao programa. Apesar disso, nos próximos meses deverão ser intensificados os esforços voltados à captação de recursos para assegurar a continuidade das atividades.

Em 2004 o programa atuou em 5 dos 8 setores da área focal da RDSM, em 24 comunidades (mapa 1), assessorando as comunidades na organização, gerenciamento, definição de áreas de uso florestal e capacitação para o manejo da floresta. O programa ainda não foi estendido à área da Reserva Amanã, pois ainda não foi concluído o Plano de Manejo para essa Reserva.

Para o ano de 2004 foi estabelecida a meta de beneficiar 340 famílias. As atividades beneficiaram 359 famílias. Esses benefícios são descritos a seguir, identificados por comunidades e setores da Reserva e, distribuídos por tipo de atividade realizada.

1. Incentivo ao manejo florestal e apoio à organização:

Em 2004, o PMFC deu continuidade ao incentivo ao manejo florestal em todos os setores onde atua (Tijuaca, Aranapu/Barroso, Horizonte, Mamirauá e Ingá), e nas comunidades dos setores onde o manejo florestal ainda não foi implantado. Três comunidades do setor Tijuaca (Nossa Senhora de Fátima, Novo Putiri e Boa Esperança), uma do setor Horizonte (Porto Braga) e uma comunidade do setor Aranapu/Barroso (Bate Papo) passaram a ter interesse pelo manejo, e receberam orientações sobre os princípios de manejo florestal comunitário neste segundo semestre. Esta demanda é oriunda do aumento da credibilidade das comunidades que ainda não estão manejando os recursos florestais diante dos resultados obtidos pelas comunidades de manejadores.

Em 2004 foram iniciadas as atividades de incentivo ao manejo e orientações sobre os seus princípios básicos às comunidades da área subsidiária da RDSM. Uma equipe composta por um engenheiro florestal e um técnico foi formada para dar início ao processo de implantação do manejo às comunidades daquela área. Foi realizada uma expedição de reconhecimento, quando foram visitadas vinte comunidades, sendo 13 comunidades do setor Guedes, 1 do setor Panauã e seis comunidades do Setor Aranapu/Barroso. Dezesete dessas comunidades receberam orientações sobre princípios de manejo e legislação florestal (tabela 5)

A tabela 5 abaixo apresenta o número de pessoas capacitadas em Princípios de Manejo Florestal por comunidade ao longo de 2004.

Tabela 5. Número de pessoas capacitadas em princípios de manejo na RDSM em 2004.

Setor	Comunidade	Número de pessoas capacitadas em Princípios de Manejo Florestal em 2004
Tijuaca	Novo Putiri	9
Tijuaca	Nossa Senhora de Fátima	7
Tijuaca	Boa Esperança	5
Aranapu/Barroso	Bate Papo	10
Horizonte	Porto Braga	28
Área Subsidiária	Acari, Viola, Boca do Guedes,	39

	Ponto X, Boiador, São Francisco do Piranha, São Francisco do Tacanal, Deus é Pai, Boa Sorte, Santa Fé, Bate-papo, Vila Alfaia, Bom Jesus, Martiao, Tururiá, Batalha de Baixo e Boca do Panauã	
Total		98

Capacitação e acompanhamento:

a) Capacitação em Exploração de Impacto Reduzido:

O ano de 2004, é o quinto ano de exploração manejada na RDSM. As primeiras comunidades envolvidas no manejo nos setores Tijuaca e Aranapu/ Barroso já dominam as técnicas de exploração de baixo impacto e demandam menor acompanhamento. A comunidade de Vista Alegre, a pioneira em manejo florestal na Reserva, já domina as técnicas de manejo e não necessita mais de acompanhamento da equipe do PMFC. Quando as demais comunidades atingirem este grau de adoção das técnicas de manejo e demandarem menor acompanhamento do PMFC será possível expandir o manejo florestal para os demais setores da Reserva.

Este ano, **125** manejadores de 19 comunidades da área focal da RDSM participaram dos treinamentos em exploração de impacto reduzido realizados em 2004, quando foram capacitadas em manejo florestal de impacto reduzido, que inclui técnicas que diminuem os impactos da exploração na floresta e aumentam a segurança dos manejadores. Uma ação em parceria com a Agencia de Florestas da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas e Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa – IDS Fonte Boa, resultou na capacitação de **28** comunitários da área subsidiária e de 4 técnicos da SDS e do IBAMA que irão atuar no apoio ao manejo naquela região (tabela 6).

As comunidades também receberam treinamento em cubagem de madeira, o que fortaleceu o poder de argumentação dos associados junto aos compradores para uma comercialização mais justa da madeira manejada.

Tabela 6. Número de pessoas capacitadas em exploração de impacto reduzido na RDSM no período de 2000 a 2004.

Setor	Comunidade	Número de pessoas capacitadas em exploração de impacto reduzido				
		2000	2001	2002	2003	2004
Tijuaca	Nova Betel	-	6	-	5	8
Tijuaca	Nova Betânia	-	5	-	4	7
Tijuaca	São Francisco	-	6	5	9	8
Tijuaca	Vista Alegre	7	9	10	8	*
Tijuaca	Santa Maria	-	6	2	3	-
Aranapu/ Barroso	Novo Viola	-	5	-	8	5
Aranapu/ Barroso	Barroso	-	4	4	6	7
Aranapu/ Barroso	Maguari	-	7	5	2	6
Aranapu/ Barroso	Pentecostal	-	4	2	2	8
Aranapu/ Barroso	São Francisco do Bóia	-	-	-	-	8
Horizonte	Aiucá	-	-	4	-	10
Horizonte	Novo Horizonte	-	-	4	-	4
Horizonte	Marirana	-	-	3	10	3
Horizonte	São João	-	-	4	9	13
Mamirauá	Boca do Mamirauá	-	-	-	-	8
Mamirauá	Vila Alencar	-	-	-	5	5
Ingá	Fonte de Luz	-	-	-	-	11
Ingá	Canária	-	-	-	-	7
Ingá	Assunção	-	-	-	-	7
Área Subsidiária	-	-	-	-	-	28
	Total	7	52	43	70	153

b) Capacitação em Levantamento de Estoque:

Em 2004 foi possível observar que algumas comunidades vem adequando o seu calendário para melhor compatibilizar as diversas atividades produtivas que desenvolvem. No primeiro semestre de 2004, duas comunidades – Vila Alencar e Vista Alegre – optaram pelo treinamento em levantamento de estoque no início do ano, pois em geral esta atividade ocorre no segundo semestre de cada ano. Este ano também foi possível constatar o amadurecimento das comunidades com relação à adoção das técnicas de manejo.

Em vários casos, principalmente naquelas comunidades que praticam o manejo há mais tempo, os manejadores já realizam os levantamentos de estoque sem necessidade de treinamento. Entretanto, sempre haverá necessidade de um acompanhamento e verificação em campo dos dados coletados para a elaboração do Plano de Manejo Florestal Comunitário.

No segundo semestre de 2004, quatro comunidades - Nossa Senhora de Fátima, Boa Esperança, Bate Papo e Porto Braga – iniciaram o processo de capacitação em levantamento de

estoque. O número de pessoas capacitadas em levantamento de estoque desde o ano de 2001 está apresentado na tabela 7.

Tabela 7. Número de pessoas capacitadas em levantamento de estoque na RDSM

Setor	Comunidade	Número de pessoas capacitadas em levantamento de estoque			
		2001	2002	2003	2004
Tijuaca	Novo Putiri	7	-	-	11
Tijuaca	Nova Betel	-	7	9	-
Tijuaca	Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	10
Tijuaca	Nova Betânia	4	6	9	-
Tijuaca	São Francisco	9	-	14	-
Tijuaca	Vista Alegre	9	8	4	6
Tijuaca	Santa Maria	5	-	5	-
Tijuaca	Boa Esperança	-	-	-	3
Aranapu/ Barroso	Novo Viola	-	9	7	-
Aranapu/ Barroso	Barroso	6	10	5	-
Aranapu/ Barroso	Maguari	4	5	9	-
Aranapu/ Barroso	Bate Papo	-	-	-	7
Aranapu/ Barroso	Boca do Panauã	6	-	11	-
Aranapu/ Barroso	Pentecostal	-	4	6	4
Aranapu/ Barroso	São Francisco do Bóia	-	-	-	4
Horizonte	Aiucá	6	5	*	11
Horizonte	Novo Horizonte	4	-	4	13
Horizonte	Marirana	5	9	16	2
Horizonte	São João	6	11	19	12
Horizonte	Porto Braga	-	-	-	7
Mamirauá	Boca do Mamirauá	7	-	13	8
Mamirauá	Vila Alencar	-	6	5	10
Ingá	Fonte de Luz	-	-	11	-
Ingá	Canária	-	-	7	-
Ingá	Assunção	-	-	10	-
Ingá	Juruamã	-	-	8	-
	Total	78	80	172	108

A experiência do PMFC com capacitação em manejo florestal e a demanda por treinamento que vem recebendo, apontam perspectivas do programa se tornar um centro de capacitação em manejo florestal.

3. Licenciamento:

Ainda persistem os entraves quanto ao licenciamento do manejo florestal na Amazônia. Uma vez que a média de área total das associações da Reserva Mamirauá é de 2000ha, elas extrapolam os limites previstos na legislação para planos de manejo comunitário. Este é um problema enfrentado por comunidades de RDS e Resex, que tem grandes áreas porém as áreas de exploração anuais são pequenas, em Mamirauá em torno de 17ha.

Em 2004 foi apresentada pelo IBAMA a possibilidade de que os planos de manejo florestais sejam licenciados unicamente pelo órgão estadual, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM. Porém, devido a inconsistências do marco legal, esta questão ainda está em negociação.

Até o final de dezembro de 2004, o IPAAM havia liberado as Licenças Operacionais, porém o IBAMA ainda não concedeu as Autorizações de Exploração, o que dificulta o andamento das atividades de manejo Florestal Comunitário nas comunidades da RDSM (tabela 8).

Tabela 8. Histórico do processo de licenciamento de Planos de Manejo Florestal Simplificado das Associações Comunitárias da RDS Mamirauá.

ANO	Data de entrada	Emissão de Licença IPAAM	Emissão de Autex
2000	5 PMFSimples foram encaminhados ao IBAMA em dezembro de 1999 e protocolados em 5 de maio de 2000	10 de maio	maio (em uma coletiva de imprensa convocada pelo superintendente do IBAMA para divulgar o licenciamento dos primeiros planos de manejo florestal comunitário no Amazonas)
2001	Protocolados 5 novos PMFSimples em 24 de janeiro	16 de maio	julho e agosto
2002	Protocolados 6 novos PMFSimples em 28 de dezembro de 2001	19 de março	abril
2003	Protocolados 16 POA's em 23 de dezembro de 2002	17 de junho	setembro
2004	Protocolados 19 POA's em 26 de janeiro de 2004	29 de junho	Autex ainda não liberadas

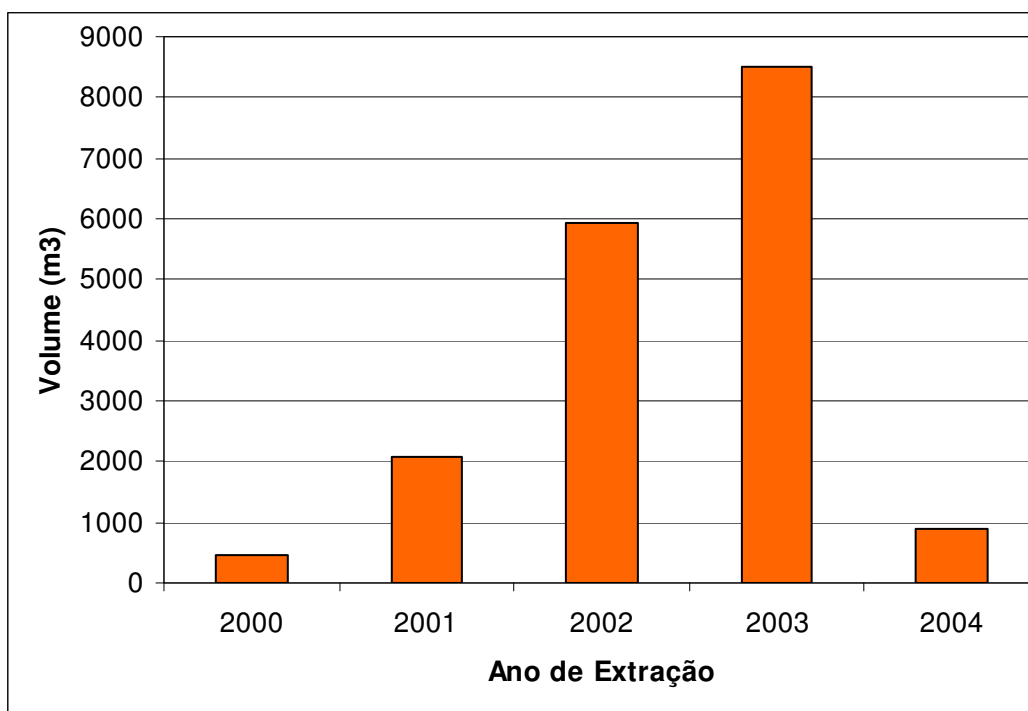
4. Exploração de madeira manejada

No **primeiro semestre** de 2004, 125 pessoas receberam treinamento de exploração em 19 comunidades, no entanto, a maioria destas comunidades não conseguiu madeira, pois a água não atingiu níveis suficientes para a retirada desta madeira das áreas de Manejo Florestal. As comunidades que conseguiram explorar parte da madeira manejada foram Nova Betel, Pentecostal, São Francisco do Bóia, Marirana, Novo Horizonte e Canariá, pois estas comunidades têm suas

áreas localizadas em restingas baixas, onde a enchente/cheia foi suficiente para a extração da madeira explorada. Na figura abaixo, observa-se uma queda na exploração de madeira manejada, ocorrido pela influência dos fatores climáticos, impossibilitando que a enchente alcançasse um nível suficiente para o arraste das toras das áreas de manejo florestal.

Observa-se na figura 4, a evolução do volume de madeira explorado na RDSM após a implantação do manejo florestal nas comunidades.

Figura 4. Evolução da exploração de madeira manejada na RDSM



5. Comercialização:

No **primeiro semestre** de 2004, o Programa prestou assessoria às associações para a comercialização da madeira manejada deste ano. Foi realizado o III Encontro de Manejadores da RDS Mamirauá, no dia 14 de fevereiro de 2004, em Tefé-AM. Participaram deste evento, representantes das comunidades que estão manejando madeira, dos compradores de madeira, do IBAMA, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa e do Instituto Mamirauá. Neste evento as comunidades puderam negociar a madeira manejada da safra de 2004. Observa-se na tabela 9 que, anualmente, tem ocorrido uma grande evolução no preço, principalmente devido à falta de oferta de madeira manejada nesta região.

Tabela 9. Evolução do Preço da Madeira Manejada pelas Comunidades da RDS Mamirauá.

Espécie	Preço (R\$)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Assacu (<i>Hura crepitans</i>)	10,00	17,00	21,00	23,00	28,00
Macacaricuia (<i>Couropita guianensis</i>)					
Mututi (<i>Paramachaerium ormosiodes</i>)					
Mungubarana (<i>Pachira</i> sp.)	-	15,00	25,00	28,00	28,00
Caxinguba (<i>Helicostyles scabra</i>)	-	-	25,00	28,00	32,00
Abiorana (<i>Pouteria</i> sp.)	-	22,00	30,00	33,00	36,00
Arapari (<i>Macrolobium</i> sp.)					
Araparirana/Cedrinho (<i>Macrolubium bifolium</i>)					
Castanharana (<i>Eschweilera</i> sp.)					
Copaíba (<i>Copaífera</i> sp.)					
Faveira (<i>Albizia</i> sp.)					
Muiratinga (<i>Maquira coriacea</i>)					
Paricarana (<i>Albizia corimbosum</i>)					
Tacacazeiro (<i>Sterculia elata</i>)					
Ucuúba (<i>Iryanthera olacoides</i>)					
Acapu (<i>Minquartia guianensis</i>)	17,50	23,00	40,00	44,00	48,00
Coração de negro (<i>Swartzia</i> sp.)					
Gitó (<i>Guarea</i> sp.)					
Louro abacate (<i>Aniba</i> sp.)					
Louro amarelo (<i>Nectandra marmellensis</i>)					
Louro caroba (<i>Ocotea</i> sp.)					
Louro chumbo (<i>Licaria</i> sp.)					
Louro inamuí (<i>Ocotea cymbarum</i>)					
Louro preto (<i>Nectandra</i> sp.)					
Maparajuba (<i>Neoxythece</i> sp.)					
Mulateiro (<i>Calycophyllum spruceanum</i>)					
Pipinho (<i>Albizia</i> sp.)					
Piranheira (<i>Piranhea trifoliata</i>)					
Sucupira (<i>Andira</i> sp.)					
Tanimbuca (<i>Terminalia</i> sp.)					

As associações comunitárias negociaram a madeira manejada com as melhores condições de preço através de contratos formalizados de compra e venda com os compradores que apresentaram as melhores propostas. A madeira manejada foi comercializada para os mercados local e regional, para serrarias e intermediários da região (tabela 10).

Tabela 10. Distribuição de Compradores na Comercialização de Madeira Manejada das Comunidades da RDS Mamirauá.

Setor	Comunidade	Compradores				
		2000	2001	2002	2003	2004
Tijuaca	Nova Betel	-	-	Raimundo Nonato Santos ³	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶
Tijuaca	Nova Betânia	-	João Haley ²	Raimundo Nonato Santos ³	Manuel Nunes ⁵	Manuel Nunes ⁵
Tijuaca	São Francisco	-	Murilo Celani ¹	Raimundo Nonato Santos ³	Manuel Nunes ⁵	Manuel Nunes ⁵
Tijuaca	Vista Alegre	Murilo Celani ¹	João Haley ²	Raimundo Amaral ⁴	Manuel Nunes ⁵	Manuel Nunes ⁵
Tijuaca	Santa Maria	-	João Haley ²	Raimundo Amaral ⁴	Raimundo Nonato Santos ³	Manuel Nunes ⁵
Aranapu/Barroso	Novo Viola	-	João Haley ²	-	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶
Aranapu/Barroso	Barroso	-	João Haley ²	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶	Aroldo Façanha ⁶
Aranapu/Barroso	Maguari	-	João Haley ²	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶	Aroldo Façanha ⁶
Aranapu/Barroso	Pentecostal	-	João Haley ²	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶	Aroldo Façanha ⁶
Aranapu/Barroso	São Francisco do Bóia	-	-	-	-	Aroldo Façanha ⁶
Horizonte	Aiucá	-	-	Murilo Celani ¹	Raimundo Nonato Santos ³	Manuel Nunes ⁵
Horizonte	Novo Horizonte	-	-	-	Raimundo Nonato Santos ³	Francisco Togo Soares ⁷
Horizonte	Marirana	-	-	Raimundo Nonato Santos ³	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶
Horizonte	São João	-	-	Raimundo Nonato Santos ³	Raimundo Nonato Santos ³	Aroldo Façanha ⁶ /Francisco Togo Soares ⁷
Mamirauá	Boca do Mamirauá	-	-	-	-	Aroldo Façanha ⁶
Mamirauá	Vila Alencar	-	-	-	Manuel Nunes ⁵	Manuel Nunes ⁵
Ingá	Fonte de Luz	-	-	-	-	Manuel Nunes ⁵
Ingá	Canariá	-	-	-	-	Sebastião Guedes Machado ⁸
Ingá	Assunção	-	-	-	-	Manuel Nunes ⁵

1. Estaleiro Noé (Tefé-AM); 2. e 3. Intermediários da Compensa (Manaus-AM) e Rex Madeiras (Manaus-AM); 4. e 5. Serraria São Miguel (Manacapuru-AM); 6. Intermediário da Serraria Beruri (Beruri-AM); 7. Madeireira Soares Agroindustrial Ltda (Manaus-AM) e 8. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé-AM)

O Programa de Manejo Florestal Comunitário assessorou as Associações na obtenção de financiamento do Programa de Micro-crédito do IDSM (tabela 11), através da previsão orçamentária necessária para a exploração. Observa-se que desde 2001, tem havido uma crescente demanda pelo financiamento do Micro-crédito, mostrando a grande importância que este tem para as comunidades que manejam a floresta.

Tabela 11. Microcrédito concedido a manejadores florestais da RDS Mamirauá.

Setor	Comunidade	Valor do Financiamento Micro-crédito				
		2000	2001	2002	2003	2004
Tijuaca	Nova Betel	-	-	-	-	-
Tijuaca	Nova Betânia	-	2.500,00	2.500,00	2.689,00	2.500,00
Tijuaca	São Francisco	-	2.500,00	-	2.500,00	2.842,00
Tijuaca	Vista Alegre	-	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Tijuaca	Santa Maria	-	2.500,00	2.500,00	-	2.500,00
Aranapu/ Barroso	Novo Viola	-	-	-	-	2.500,00
Aranapu/ Barroso	Barroso	-	-	2.500,00	2.500,00	-
Aranapu/ Barroso	Maguari	-	-	2.500,00	2.500,00	-
Aranapu/ Barroso	Pentecostal	-	-	2.500,00	2.796,00	2.500,00
Aranapu/ Barroso	São Francisco do Bóia	-	-	-	-	2.500,00
Horizonte	Aiucá	-	-	1.400,00	1.452,00	-
Horizonte	Novo Horizonte	-	-	-	-	2.500,00
Horizonte	Marirana	-	-	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Horizonte	São João	-	-	2.500,00	-	-
Mamirauá	Boca do Mamirauá	-	-	-	-	-
Mamirauá	Vila Alencar	-	-	-	2.000,00	2.500,00
Ingá	Fonte de Luz	-	-	-	-	2.500,00
Ingá	Canária	-	-	-	-	-
Ingá	Assunção	-	-	-	-	2.500,00
	Total		10.000,00	21.400,00	21.437,00	30.342,00

Os compradores de madeira também financiam parte dos custos da exploração. Entretanto, existem dificuldades em manter um sistema mais formal baseado em pagamento em dinheiro, uma vez que esta relação entre compradores e manejadores tendem a cair na informalidade, que é característica do sistema de aviação que ocorre há décadas na região. Alguns compradores locais têm financiado os manejadores, especialmente aqueles das comunidades mais distantes das sedes dos municípios, com materiais de consumo (gasolina, óleo queimado, óleo 2T, corrente para motosserra, esmeril, entre outros). Os compradores de outros municípios financiam as associações em dinheiro (tabela 12).

Tabela 12. Financiamento dos compradores de madeira a comunidades de manejadores da RDS Mamirauá.

Setor	Comunidade	Valor do Financiamento dos compradores				
		2000	2001	2002	2003	2004
Tijuaca	Nova Betel	-	-	-	-	1.995,00
Tijuaca	Nova Betânia	-	-	-	3.000,00	3.000,00
Tijuaca	São Francisco	-	-	-	7.200,00	6.500,00
Tijuaca	Vista Alegre	-	-	-	5.695,00	4.000,00
Tijuaca	Santa Maria	-	-	-	-	2.500,00
Aranapu/ Barroso	Novo Viola	-	59,80	-	3.266,00	4.536,00
Aranapu/ Barroso	Barroso	-	101,50	-	5.187,40	5.348,00
Aranapu/ Barroso	Maguari	-	437,40	-	1.520,00	1.707,00
Aranapu/ Barroso	Pentecostal	-	-	-	-	4.147,00
Aranapu/ Barroso	São Francisco do Bóia	-	-	-	-	395,00
Horizonte	Aiucá	-	-	1.218,00	4.420,00	2.500,00
Horizonte	Novo Horizonte	-	-	-	651,00	2.000,00
Horizonte	Marirana	-	-	50,00	659,00	1.800,00
Horizonte	São João	-	-	50,00	4.482,00	7.569,00
Mamirauá	Boca do Mamirauá	-	-	-	-	-
Mamirauá	Vila Alencar	-	-	-	150,00	5.000,00
Ingá	Fonte de Luz	-	-	-	-	150,00
Ingá	Canária	-	-	-	-	1.200,00
Ingá	Assunção	-	-	-	-	2.000,00
	Total	-	598,70	1.318,00	36.230,40	56.347,00

Em 2004 a renda obtida com o Manejo Florestal teve um declínio em relação a 2003 (tabela 13), pelo fato da cheia não ter sido suficiente para que as comunidades pudessem extrair a madeira de suas áreas. Infelizmente este é um fenômeno natural que ainda não pode ser previsto, não permitindo que as comunidades que trabalham com manejo florestal possam determinar o nível da água que terão para retirar a madeira explorada nas várzeas da RDS Mamirauá.

Tabela 13. Evolução da renda da madeira manejada por comunidade da RDS Mamirauá.

SETOR	COMUNIDADE	2000		2001		2002		2003		2004	
		RENDA (R\$)	RENDA MÉDIA (R\$)	RENDA (R\$)	RENDA MÉDIA (R\$)	RENDA (R\$)	RENDA MÉDIA (R\$)	RENDA (R\$)	RENDA MÉDIA (R\$)	RENDA (R\$)	RENDA MÉDIA (R\$)
Tijuaca	Vista Alegre	7.250,00	906,25	3.952,00	395,20	10.606,38	1.178,49	9.685,39	1.076,15	-	-
Tijuana	Nova Betânia	-	-	3.165,00	633,00	8.447,00	1.206,71	12.467,39	1.781,06	-	-
Tijuaca	São Francisco	-	-	503,00	55,89	2.634,00	292,67	9.931,63	1.418,80	-	-
Tijuaca	Santa Maria	-	-	5.475,00	782,14	3.709,00	618,17	1.083,63	361,21	-	-
Tijuaca	Nova Betel	-	-	-	-	1.277,00	106,42	-	-	4.494,76	561,85
Aranapu/Barroso	Pentecostal	-	-	1.634,00	326,80	3.030,00	505,00	4.716,64	943,33	496,00	62,00
Aranapu/Barroso	Barroso	-	-	1.517,00	168,55	7.084,00	708,40	13.112,26	1.092,69	-	-
Aranapu/Barroso	Novo Viola	-	-	1.439,00	239,83	-	-	5.794,00	965,67	-	-
Aranapu/Barroso	Maguari	-	-	165,00	27,50	3.632,00	726,40	2.060,31	206,03	-	-
Aranapu/Barroso	São Francisco do Bóia	-	-	-	-	-	-	-	-	430,15	53,77
Horizonte	Aiucá	-	-	-	-	14.551,99	909,50	24.996,00	1.562,25	-	-
Horizonte	Marirana	-	-	-	-	4.021,00	804,20	7.537,00	837,44	2.200,00	733,33
Horizonte	São João	-	-	-	-	3.383,00	676,60	673,00	168,25	-	-
Horizonte	Novo Horizonte	-	-	-	-	-	-	3.069,00	613,80	4409,45	-
Mamirauá	Vila Alencar	-	-	-	-	-	-	7.767,98	1.553,60	-	-
Ingá	Canária	-	-	-	-	-	-	-	-	3.560,00	508,57
		7.250,00	906,25	17.850,00	307,76	62.375,37	693,06	102.894,23	1.049,94	16.180,91	425,81

6. Monitoramento da exploração não manejada:

Em 2004, se manteve a tendência de declínio da exploração ilegal de madeira à medida que aumenta o número de comunidades envolvidas no manejo florestal figura 5. Foram exploradas 107 árvores, de 14 espécies, sendo a maioria utilizada para benfeitoria nas comunidades (tabela 14).

Figura 5. Evolução da exploração da madeira não manejada na área focal da RDSM no período de 1993 a 2003.

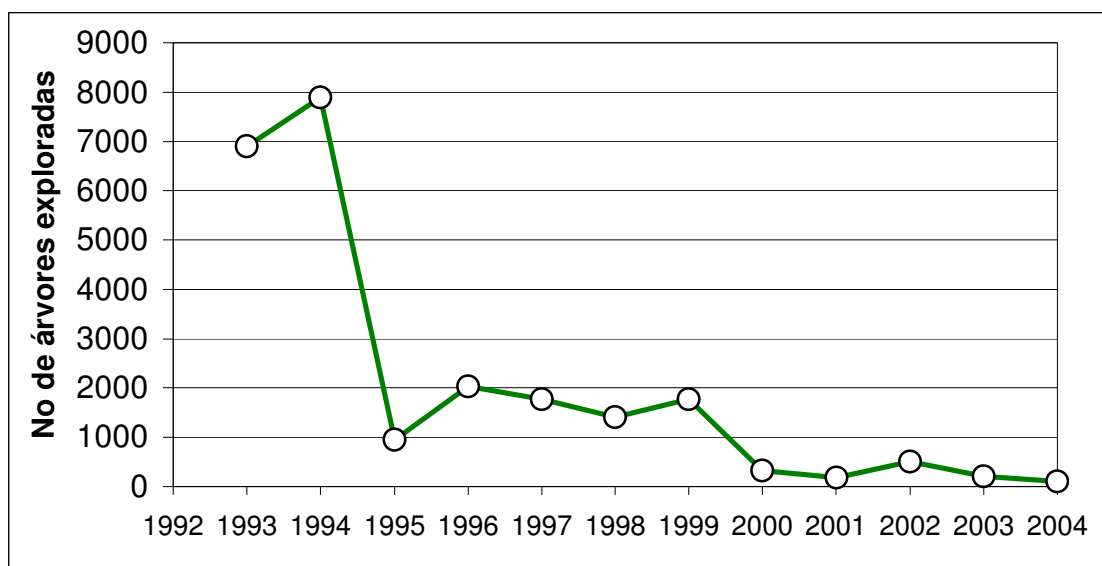


Tabela 14. Número de árvores exploradas por espécie na área focal da RDSM, em 2004.

Nome vulgar	Nome científico	Família	Classe de Madeira	Número de árvores exploradas
Acapu	<i>Minquarta guianensis</i>	Euphorbiaceae	pesada	3
Arapari	<i>Macrolobium sp.</i>	Caesalpinaceae	pesada	4
Assacu	<i>Hura crepitans</i>	Euphorbiaceae	branca	1
Castanharana	<i>Eschweilera sp.</i>	Lecythidaceae	pesada	1
Jitó	<i>Cedrella odorata</i>	Meliaceae	pesada	16
Jacareúba	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Guttiferae	pesada	8
Louro Inamuí	<i>Ocotea cymbarum</i>	Lauraceae	pesada	39
Louro Caroba	Não Identificada	Lauraceae	pesada	2
Louro Jacaré	Não Identificada	Lauraceae	pesada	1
Louro Preto	<i>Nectandra sp.</i>	Lauraceae	pesada	2
Mulateiro	<i>Calophyllum spruceanum</i>	Rubiaceae	pesada	12
Pau-Brasil	<i>Ferdinandusa sp.</i>	Rubiaceae	pesada	1
Piranheira	<i>Piranhea trifoliata</i>	Euphorbiaceae	pesada	16
Tintarana	Não Identificada		pesada	1
TOTAL				107

Contabilizando todos os treinamentos realizados em 2004, somam-se 359 famílias beneficiadas com as ações do PMFC, ultrapassando a meta proposta para 2004.

Indicador 9	Unidade	Peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Manejo Florestal Comunitário – PMFC.	N	3	100	340	359
Mamirauá					359
Amanã					-

O **Indicador 10** mede o número de famílias beneficiadas com o Programa de Agricultura Familiar – PAF. Este também é um indicador de peso 3, a sua situação inicial em 2001 (V0) era de 120 famílias, e a meta para 2003 era beneficiar 130 famílias. Para o ano de 2004 foi estabelecida a meta de atender a 260 famílias.

Capacitação para o manejo

A capacitação foi uma das principais ferramentas utilizadas pelo PAF neste ano de 2004. Acreditamos que esta é uma forma barata, democrática e eficiente de se promover o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos. Entretanto, assim como nas diversas linhas de atividades do programa, a capacitação deve surgir da demanda real dos comunitários, de forma a se evitar a centralização por parte dos técnicos e a adoção de pacotes tecnológicos.

Assim sendo, as demandas de capacitação levantadas nas reuniões comunitárias e nos encontros de setor, foram definidos os cursos a serem ministrados.

Desta forma, procuramos trabalhar a capacitação dos agricultores com a metodologia Agricultor – Agricultor, aonde detectávamos as lacunas existentes em determinados sistemas e promovíamos o encontro de agricultores que já vinham testando formas tradicionais de solucionar estas dificuldades, com os agricultores que ainda não detinham esta tecnologia apropriada aos meios de produção local.

Sendo assim, foram promovidos encontros “Importância da Agricultura Familiar”, “Cadeia Produtiva” e “Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável”.

A meta para o ano de 2005, é que a capacitação seja elemento chave do PAF nas duas Reservas, sendo tratada com mais ênfase, oferecendo-se mais cursos, e articulando a estruturação de um programa de formação de agricultores ecológicos nas duas Reservas, já desenhado em 2004.

Fortalecimento da Gestão Comunitária

O trabalho de contribuição para o fortalecimento da organização familiar dos agricultores tem como objetivo aumentar a capacidade de reflexão e articulação destas famílias na busca de seus

direitos e deveres de cidadãos. A organização diz respeito ao fato delas conseguirem se organizar internamente para atividades diárias da comunidade, como realização de ajuri² para colheita, escolha das famílias que receberão micro-crédito naquele ano, até ações mais elaboradas como de reivindicações dos direitos que possuem, enquanto famílias agricultoras, junto à prefeitura e também de saberem os deveres que possuem e conseguirem que a comunidade como um todo respeite estes deveres, como o desenvolvimento de sistemas de produção em equilíbrio ambiental.

Neste sentido, a metodologia de trabalho adotada pelo PAF foi:

- Participação da equipe em encontro de setores contribuindo nas discussões internas levando informações importantes sobre Agricultura Familiar;
- Participação da equipe em reuniões sobre a organização da Assembléia Geral da RDSM;
- Participação da equipe em oficinas de gênero.

Introdução de tecnologias adaptadas de produção

Significa dizer que está sendo incentivado a formação de Agricultores experimentadores, isto é as tecnologias utilizadas por eles estão ganhando espaço na agricultura, e o PAF tem auxiliado o agricultor transformar seus experimentos em pesquisa.

A metodologia adotada tem sido:

- Auxílio na sistematização dos dados obtidos pelos agricultores, deixando livre a forma de coleta;
- Empréstimo de equipamentos tais como trenas e balanças para que os agricultores possam testar solos e manejos mais eficientes de produção;
- Promoção de discussões acerca dos resultados e das observações feitas pelos produtores;
- Contribuição para valorização do conhecimento local, estimulando desta forma a auto estima das famílias.
- Desenvolvimento/aperfeiçoamento da produção e comercialização da produção: diz respeito a Assistência Técnica dada as famílias com objetivo de diminuir os riscos da produção e financeiros. Neste sentido, o PAF assessorou as comunidades do Setor Coraci para a comercialização da farinha. Foi estabelecido contato com o Governo do Estado do Amazonas para aquisição da farinha para suprir demandas da merenda escolar e da rede hospitalar.

Número de famílias atendidas pelo PAF

Na RDSM, o programa atendeu em 2004, nas atividades de extensão, pesquisa e monitoramento, os setores Jarauá (comunidades Jarauá e Nova Colômbia), Aranapu, Barroso (comunidade Maguari e Barroso), Horizonte (comunidades Aiucá, São João e Marirana) e Mamirauá (comunidades Macedônia, Caburini e Vila Alencar). Ao todo, foram assistidas 160 famílias, de 10 comunidades, em atividades tais como, visitas técnicas as unidades de produção familiar, reuniões comunitárias, participação em encontros de setor, monitoramento da produção agrícola, monitoramento de Sistemas Agroflorestais, discussões sobre escoamento da produção e pesquisa sobre Sazonalidade da produção (FEPIM).

² Mutirão

Na RDSA, foram atendidas 100 famílias, de 07 comunidades, dos setores Amanã (comunidades Boa Esperança e Calafate e Monte Sinai), São José (comunidades Samaria e Nova Olinda) e Coraci (comunidades São João do Ipecaçu, Matuzalém, São Paulo do Coraci). Estas atividades englobaram pesquisa: Sazonalidade da Produção (FEPIM); extensão: visitas técnicas as unidades de produção, reuniões comunitárias, cursos, palestras, intercâmbio de agricultores, trocas de experiências entre agricultores, formação de multiplicadores; e monitoramento: Monitoramento de Agroecossistemas (produção e plantio) e Monitoramento de Sistemas Agroflorestais.

O trabalho do PAF no ano de 2004 consolidou juntamente com as famílias das RDSA e RDSM, assistidas pelo programa o compromisso de execução do planejamento estratégico.

O planejamento estratégico do PAF foi fruto de muitos encontros da equipe do PAF com as famílias das comunidades trabalhadas. Nestas ocasiões, foram sendo desenhados os caminhos de trabalho do PAF de forma a atingir resultados de desenvolvimento sustentável para os Agroecossistemas das RDSM e RDSA.

A execução do planejamento estratégico mostrou aos envolvidos com o trabalho, resultados positivos no âmbito da capacitação para o manejo, fortalecimento da gestão comunitária, introdução de tecnologias adaptadas de produção, desenvolvimento/aperfeiçoamento da produção e comercialização da produção. Desta maneira pode-se dar continuidade aos trabalhos de Agricultura Familiar nas RDSA e RDSM que já vinham sendo feitos nos anos anteriores atingindo um maior número de famílias.

A seguir um melhor detalhamento das atividades do PAF juntamente com as famílias das RDSA e RDSM.

Tabela 15. Evolução do número de famílias atendidas pelo Programa de Agricultura Familiar por setores e comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã nos anos de 2002 , 2003 e 2004

Famílias/ comunidades	2002	2003	2004
N. de famílias beneficiadas	255	208	260
Mamirauá	145	114	160
Amanã	110	94	100
Setores envolvidos		5	7
Mamirauá		2	4
Amanã		3	3
N. de Comunidades participantes	35	17	17
Mamirauá	16	8	10
Amanã	19	9	7

Contabilizando todas as atividades realizadas pelo PAF em 2004 nas RDSM e RDSA, somam-se 260 famílias beneficiadas com as ações do PMFC, atingindo a meta proposta para 2004.

Indicador 10	Unidade	peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Agricultura Familiar – PAF	N	3	120	260	260

O **Indicador 11** mede o número de famílias que estão sendo beneficiadas pelo Programa de Ecoturismo. O ecoturismo é entendido como “uma atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (IES, 1993) ³. A atividade é desenvolvida na RDS Mamirauá desde 1998 em uma área de 35 quilômetros quadrados, denominada de Zona de Manejo Especial de Ecoturismo.

O principal objetivo da atividade é promover a conservação dos recursos naturais e servir de fonte de renda para as populações moradoras da unidade de conservação. Para atingir tais objetivos, o programa de ecoturismo tem desenvolvido as seguintes ações: planejamento turístico e estudos de viabilidade, implantação de infra-estrutura de mínimo impacto, geração de benefícios sócio-econômicos para a população local, promoção da capacitação e organização do pessoal local, desenvolvimento do produto e seus nichos em uma estratégia de marketing responsável e minimização e monitoramento dos impactos gerados pela atividade.

São seis as comunidades envolvidas diretamente com o programa. Suas populações exercem, dependendo da estação do ano, uma variedade de atividades econômicas como a pesca, a agricultura familiar e a extração de madeira. A produção doméstica é voltada tanto para o consumo quanto para venda no mercado. O ecoturismo não foi idealizado para substituir as atividades produtivas tradicionais, mas para ser uma fonte de renda extra para a população local. As comunidades que participam da atividade estão situadas próximas à Zona de Manejo de Ecoturismo e estão organizadas politicamente em um dos oito setores da Reserva: o Setor Mamirauá. Seus residentes participam do Programa de Ecoturismo de várias formas: nas tomadas de decisão através da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM), no gerenciamento da Pousada, trabalhando e fornecendo produtos para a Pousada, recepcionando turistas nas suas comunidades e vendendo artesanato.

A principal instituição local parceira do Programa é a Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo do Mamirauá (AAGEMAM), que é composta pelos prestadores de serviços hoteleiros e guias locais de Ecoturismo. A associação é a principal parceira na capacitação dos trabalhadores e na organização das comunidades. Ela é gerida por uma diretoria que, por sua vez é supervisionada por um conselho fiscal.

Desde o seu início, o Programa de Ecoturismo tem um crescimento médio anual que gira em torno dos 25%. A operação conseqüentemente também cresce. Para suprir tal demanda, se fez necessário o aumento da equipe de prestadores de serviços e funcionários fixos da Pousada, que hoje é composta por 43 pessoas, que foram treinados extensivamente pelos técnicos do programa e pela AAGEMAM.

³ International Ecotourism Society, 1993

O quadro funcional fixo atual é de 06 funcionários, sendo todos oriundos de comunidades da Reserva Mamirauá. São eles: 02 Zeladores, 01 Supervisor de Alimentos & Bebidas e Hospedagem, 01 Supervisor de Manutenção, 01 Supervisor de Lazer e 01 Gerente da Pousada. Com 43 integrantes, a equipe de prestadores de Serviço é composta por guias de ecoturismo locais, camareiras, cozinheiras, copeiras e auxiliares de cozinha que trabalham em regime temporário, remunerado de acordo com o número de dias trabalhados, sendo restrito a membros ativos da AAGEMAM.

Forma de destinação do excedente social, Repasse dos Excedentes (Normas de conduta, Fundo de Desenvolvimento Comunitário, Ficha do Projeto)

Desde o ano de 2002 o Programa de Ecoturismo produz excedentes que são divididos entre as sete comunidades do Setor Mamirauá (50%) e seu sistema de fiscalização (50%), maximizando os benefícios econômicos gerados pelo Programa. É importante observar que esse benefício atinge mais duas comunidades que não participam do Programa através do fornecimento de Produtos e Prestadores de Serviços, como vimos anteriormente. A decisão de incluí-las na divisão surgiu das próprias comunidades, como uma forma de incentivá-las a aproximar-se e a participar ativamente do Programa.

No primeiro ano de repasse dos lucros, as sete comunidades do setor decidiram dividir em partes iguais os excedentes gerados. Foram transferidos R\$ 17.000,00 no início do ano 2003, que se referiam ao exercício do ano anterior. Cada comunidade do Setor recebeu o valor de R\$ 2.500,00. O Sistema de Fiscalização do Setor também recebeu a quantia de R\$ 17.000,00.

A partir de 2003, as comunidades elaboraram normas de conduta, que foram utilizadas como critérios de avaliação para determinar o valor total que cada comunidade deveria receber. Foi eleita uma comissão com membros de todas as comunidades do Setor Mamirauá, que ficou responsável por avaliar o desempenho de cada uma delas em relação às normas de conduta. Dependendo da avaliação, e conseqüentemente, da quantia atribuída a cada comunidade, cada uma elabora um projeto de desenvolvimento comunitário que é analisado, aprovado e monitorado pela comissão de avaliação.

As normas de conduta são as seguintes:

- A participação das comunidades nos encontros de Setor
- Participação ativa das comunidades, nas atividades realizadas pelo setor, como: encontro de mulheres, encontros religiosos, preparação da Assembléia Geral dos Moradores e Usuários da RDSM, contribuição em alimentação nos encontros de setor.
- Participação das comunidades na fiscalização, através de denúncias
- Participação das comunidades na fiscalização, com a atuação de um comunitário voluntário, por comunidade, quando for solicitado pelos Agentes Ambientais Voluntários e Guarda-Parques do Setor;
- As comunidades não devem fazer uso dos recursos naturais da área que vai do Pagão até o Flutuante de Pesquisa do Projeto Boto (nova área de proteção integral)
- Respeito ao defeso e aos tamanhos dos peixes (01 novembro a 31 de março)
- Respeito ao peixe proibido: pirarucu;

- Bom atendimento aos ecoturistas nas comunidades (a avaliação desta norma será feita pela AAGEMAM e Guia Naturalista);
- A comunidade não pode receber turistas clandestinos
- Maior envolvimento das comunidades nos trabalhos do ecoturismo
- As comunidades devem seguir as normas de Política de Ocupação do Setor
- O repasse referente ao ano de 2003 atingiu R\$ 60.000,00, sendo que R\$ 30.000,00 destinaram-se à fiscalização e a outra metade às comunidades.

Seguem abaixo os projetos desenvolvidos por cada uma das 07 comunidades e seus respectivos valores:

Quadro 3. Distribuição das comunidades beneficiadas com os excedentes do ecoturismo por valor recebido e investimentos realizados.

COMUNIDADE	Valor Recebido	Projetos de desenvolvimento comunitário aprovados
VILA ALENCAR	R\$ 2999,00	Reforma de um Barco Comunitário
BOCA DO MAMIRAUÁ	R\$ 2999,00	Compra de uma Moto Serra
		Compra de uma Canoa de 07 Metros
		Acabamento de um Centro Comunitário
SÍTIO SÃO JOSÉ	R\$ 1500,00	Construção de uma Casa de Farinha
CABURINI	R\$ 3427,10	Aumento de um Centro Comunitário
		Aquisição de um Sistema de Rádio Comunicação
		Implantação de um Sistema de Captação de Água
JAQUIRI	R\$ 2999,00	Compra de Material para uma Padaria Comunitária
		Construção de um Centro Comunitário
NOVA MACEDÔNIA	R\$ 2571,00	Compra de um motor de 08 HP e de uma canoa de 07 metros
TAPIÍRA	R\$ 1500,00	Construção de um Centro Comunitário
SETOR MAMIRAUÁ	R\$12000,00	Compra de um Barco para o Setor

Informações sobre os visitantes

O aumento do fluxo de turistas no ano de 2004 foi de 25% em relação ao ano anterior, atingindo o número de 664 visitantes.

Tabela 16. Distribuição do número de turistas por tipo e período, recebidos pelo ecoturismo no ano de 2004.

Mês	Ecoturistas	Ecoturistas Tefé	Visitantes Oficiais	Publicidade	Total
Janeiro	43	6	2	1	52
Fevereiro	37	0	1	0	38
Março	37	0	12	0	49
Abril	16	0	19	0	35
Maio	31	0	0	2	33
Junho	36	0	7	3	46
Julho	88	14	0	4	106
Agosto	79	8	0	0	87
Setembro	50	6	0	2	58
Outubro	76	1	7	0	84
Novembro	44	6	0	4	54
Dezembro	63	0	0	0	63
TOTAL	600	41	48	16	664

Figura 6. Evolução do número de turistas no período de 1998 a 2004.

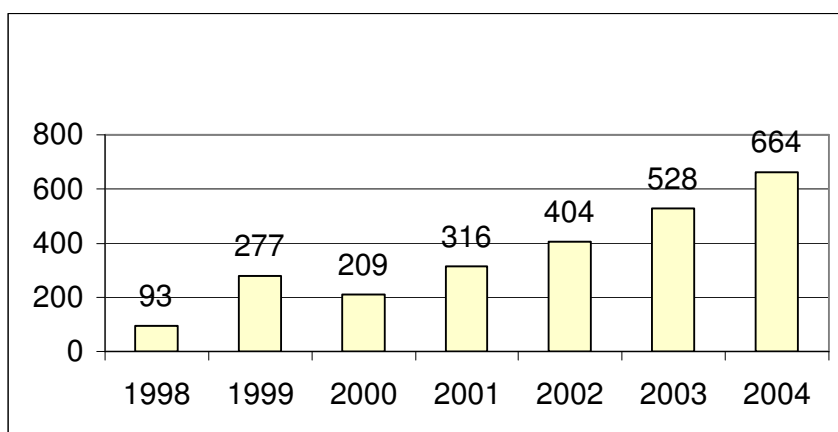


Figura 7. Nível de escolaridade dos turistas recebidos no ecoturismo Mamirauá no período de 1999 a 2004.

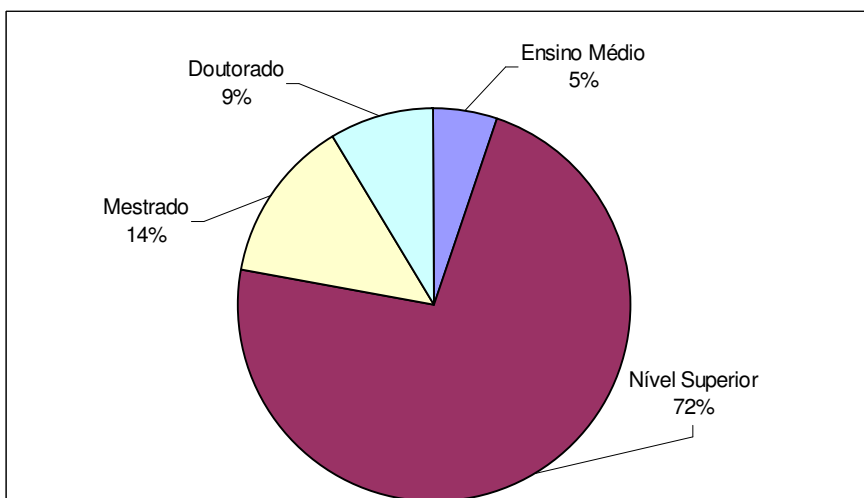


Figura 8. Distribuição percentual da nacionalidade dos ecoturistas em 2004.

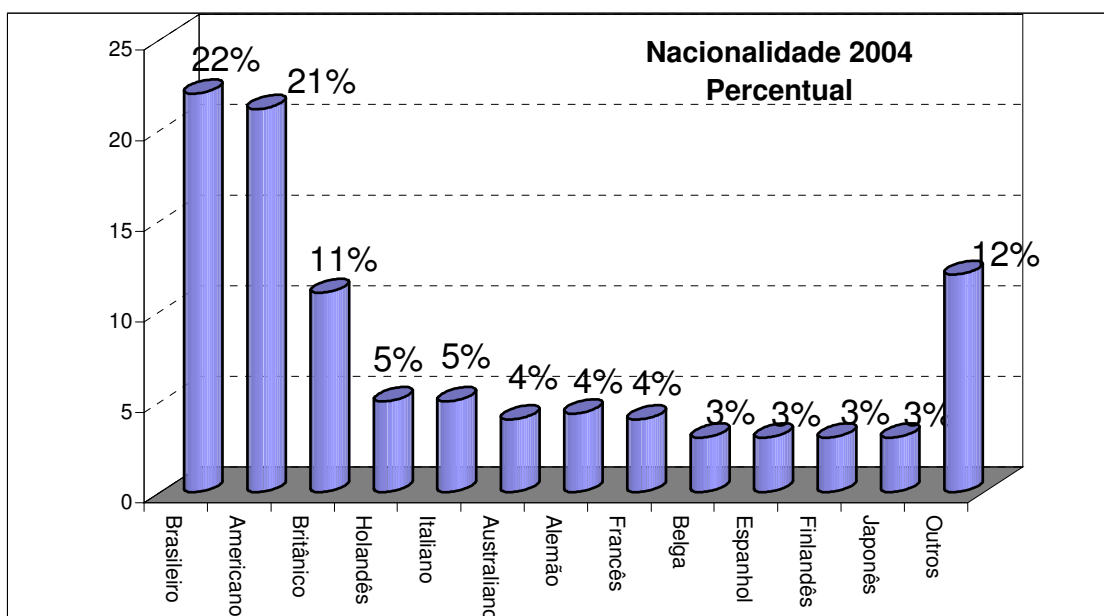
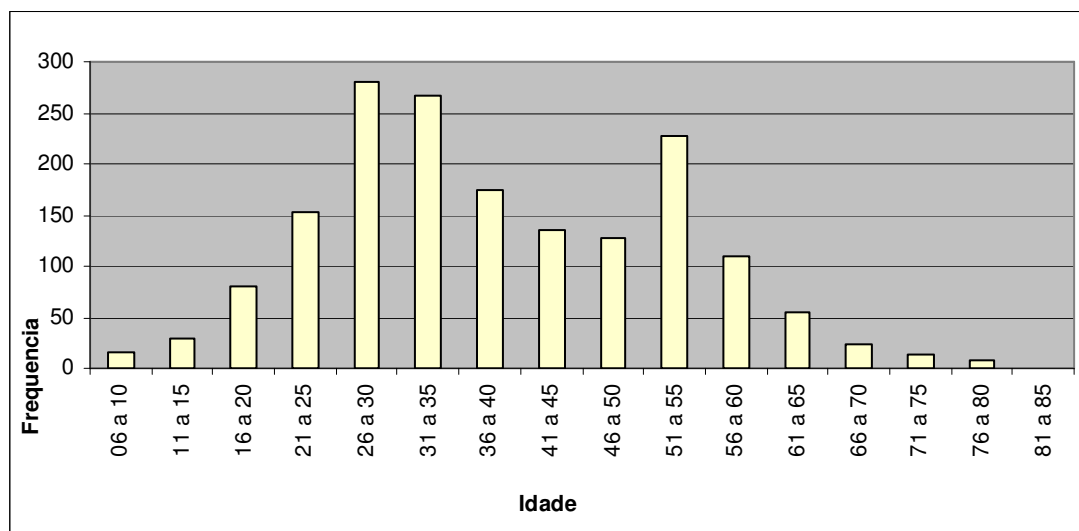


Figura 9. Distribuição da idade dos turistas recebidos pelo ecoturismo no período de 1999-2004.



Evolução do Poder de Compra das Famílias Beneficiadas pelo Programa de Ecoturismo

Ao longo do exercício do ano de 2003 o Programa de Ecoturismo havia transferido, por meio de pagamentos de serviços ou aquisição de produtos, um total superior a R\$ 64.555,15 para 31 famílias (R\$ 5.004,65 em compra de produtos e R\$ 59.550,50 em pagamento de serviços). No ano de 2004, esse valor chegou a R\$ 104.159,00, sendo que R\$ 13.214,00 referem-se à aquisição de produtos e R\$ 90.946,00 a pagamento de serviços.

O Programa de Ecoturismo vêm beneficiando atualmente 06 comunidades através da Prestação de Serviços, sendo elas Vila Alencar, Boca do Mamirauá, Sítio São José, Caburini, Jaquiri e Macedônia, todas inseridas no Setor Mamirauá. O número de famílias beneficiadas através da prestação de serviço é de 34. Além disso, há 17 famílias que não recebem benefícios através de prestação de serviços, mas são fornecedores da Pousada vendendo produtos agrícolas e peixes.

Tabela 17. Distribuição das famílias beneficiadas com o programa do Ecoturismo nos anos de 2003 e 2004.

Famílias / Comunidades	2003	2004
Nº de Famílias Beneficiadas com Prestação de Serviços	31	34
Nº de Famílias Beneficiadas com vendas de Produtos		17
Setor Envolvido	1	1
Mamirauá		
Nº de Comunidades Participantes	5	6
Renda Total Obtida com Serviços das Comunidades	R\$ 64.555,15	R\$ 104.159,00
Valor Arrecadado com Prestação de Serviços	R\$ 59.550,50	R\$ 90.946,00

Valor Arrecadado com Venda de Produtos	R\$ 5.004,65	R\$ 13.214,00
Valor da Cesta Básica	R\$ 66,74	R\$ 67,92
Poder de Compra (Nº de cestas básicas/ano)	31	45

Cinquenta e uma famílias foram beneficiadas pelo Programa de Ecoturismo, através da prestação de serviços e da venda de produtos, extrapolando a meta de 31 famílias proposta para 2004.

Indicador 11	Unidade	Peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de famílias beneficiadas com o Programa de Ecoturismo	N	3	25	31	51

O **Indicador 12** registra o número de famílias beneficiadas com a venda de artesanato.

O Programa foi criado oficialmente em meados de fevereiro de 2004, mas, desde 1998 vem assessorando os grupos de mulheres que trabalham com artesanato. A criação do programa foi determinante para que os resultados desta atividade crescessem, principalmente por viabilizar a formação de uma equipe dedicada exclusivamente a esse trabalho. Com isso, foram definidas 4 linhas ação para o programa, que são: organização comunitária, capacitação, comercialização, pesquisa e monitoramento.

O Programa de Artesanato tem como objetivos incentivar a organização dos grupos de artesãos; proporcionar mais uma alternativa econômica para as famílias das comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã; e, promover a valorização do artesanato local, com uso sustentado dos recursos naturais.

As atividades do programa estão sendo desenvolvidas em dois setores da Reserva Mamirauá e dois setores da Reserva Amanã, são eles: Setores Mamirauá, Jarauá, São José e Coraci. Envolve um total de 10 comunidades e 72 famílias. A assessoria às comunidades é feita através dos grupos de mulheres ou grupo de artesãs, como estão sendo denominados atualmente.

Na tabela 18 apresentamos a evolução do número de famílias beneficiadas, por comunidades e setores, com as atividades do programa de artesanato no período de 2001 a 2004.

Tabela 18. Evolução da participação das famílias por comunidades e setores da Reservas Mamirauá e Amanã nas atividades de artesanato, 2001 a 2004.

Famílias/ comunidades	2001	2002	2003	2004
N. de famílias beneficiadas	24	34	72	72
Mamirauá	24	34	41	41
Amanã	-	-	31	31

Setores envolvidos	2			
Mamirauá	2	2	2	2
Amaná	-	-	2	2
N. de Comunidades participantes	3	5	16	15
Mamirauá	3	5	5	5
Amaná	-	-	11	10

Os artesanatos das Reserva Mamirauá e Amanã são confeccionados rusticamente com matérias-primas coletadas na floresta (cipós, talas, barro, madeira, cuias, castanha de sapucaia, ouriços, sementes e escamas de peixes) e têm atendido principalmente a demanda dos ecoturistas que visitam a Reserva Mamirauá, os clientes das Lojas Mamirauá (Tefé, Manaus e Belém), o mercado local e em 2004 passou a comercializar para lojistas e empresários de Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo.

No decorrer do segundo semestre de 2004 o programa deu continuidade em várias atividades no sentido de atender aos objetivos propostos, como: fortalecimento da organização dos grupos de artesãs; oficinas de capacitação; apoio à comercialização; reestruturação do banco de dados do programa e monitoramento.

Fortalecimento da organização dos grupos de artesãs

Para promover o fortalecimento da organização são realizadas reuniões de avaliação e planejamento com os grupos de artesãs. É um trabalho permanente visando o fortalecimento da organização dos grupos e na gestão comunitária, pois a sustentabilidade econômica e gerencial dos grupos é fundamental para garantir a continuidade do trabalho de artesanato, propiciando que a atividade se mantenha como uma alternativa de renda para as famílias envolvidas.

O trabalho está norteado pelas recomendações indicadas no planejamento estratégico do programa que iniciou neste ano com auxílio de consultoria externa. A primeira etapa do planejamento estratégico foi realizada através de uma oficina de Planejamento Estratégico Participativo. Esta atividade teve a participação de 12 artesãs, representantes dos 5 Grupos de Artesãs das Reserva Mamirauá e Amanã e a equipe do programa.

O objetivo deste planejamento foi o de construir uma proposta de ações de apoio ao artesanato a serem empreendidas pelo programa à curto e médio prazo em parceria com os grupos envolvidos na atividade.

As recomendações da primeira etapa do planejamento estratégico estão sendo encaminhadas. Uma grande parte das recomendações da consultoria já estavam sendo realizadas pelo programa, necessitando apenas de alguns ajustes e uma melhor definição de prioridades.

Em linhas gerais, o planejamento apresentou as seguintes recomendações: pesquisa de demanda, identificação e análise da oferta, realizar documentação visual do patrimônio visual e

iconográfico da região, melhoria e desenvolvimento de novos produtos, diagnóstico da produção e melhoria de processos, capacitação, agregação de valor e, finalmente, estruturar o Programa de Artesanato Mamirauá incluindo as seguintes linhas de ação: inteligência competitiva, infra-estrutura, tecnologia e design, capacitação de recursos humanos, promoção e comunicação, comercialização e gerenciamento.

Capacitação

Segundo Barroso (2004), para desenvolver novos produtos artesanais de referência cultural é necessário valer-se de elementos que reportem o produto a seu lugar de origem, seja através do uso de certos materiais e insumos, ou técnicas de produção típicas da região, seja pelo uso de elementos simbólicos que façam explicitar a menção a origem de seus produtores ou de seus antepassados.

Neste sentido, no ano de 2004 a equipe investiu na melhoria dos novos produtos, definindo juntamente com as artesãs a sua funcionalidade integrada com a estética e seus elementos culturais.

No segundo semestre de 2004 foram realizadas as seguintes oficinas:

Oficina de acabamento de artesanato em madeira (7 artesãs). Objetivo: melhorar a qualidade dos artesanatos produzidos com molongó (Malouetia cff. tamaquarina).

Oficina de melhoria da produção artesanal de sementes (9 artesãs). Objetivo: verificar e conversar com os grupos a respeito dos produtos desenvolvidos durante as oficinas realizadas no primeiro semestre; reforçar as recomendações de manejo indicadas pela pesquisa de sementes.

Oficina de artesanato em barro (15 artesãs). Objetivo: aperfeiçoamento da produção artesanal e criação de novos produtos.

Conforme apresentado na tabela 19, em 2004 foram realizadas 7 oficinas, para 12 comunidades das Reservas Mamirauá e Amanã. Capacitando um total de 175 artesãs.

Tabela 19. Número de oficinas realizadas e total de artesãs capacitadas.

Setor	Comunidades	Oficina de Tradição Artesanal	Oficina de Novos Produtos Artesanais	Oficina de Comercialização	Oficina de Fibra da bananeira	Oficina de artesanato em barro	Oficina de acabamento de artesanato em madeira	Oficina de artesanato em sementes
Coraci	São Paulo	3	4	4				
	Iracema	2	2	1				
	Vila Nova	10	10	11				
	São João	7	3	8				
	Matuzalém	3	-	2				
Total		25	19	26				
Jarauá	Nova Colômbia	9	1	1				
	Jarauá	5	1	1			9	
Total		14	2	2				

Mamirauá	Boca Vila Alencar	8 16	3 5	1 3	11 9			1 6
Total		24	8	4	20		9	7
São José	Repartimento Samaria Várzea Alegre					6 7 2		
Total		63	29	32	20	15	9	7

A participação em feiras, exposições e seminários também foi importante para capacitação das artesãs e da equipe do programa. No segundo semestre participamos dos seguintes eventos: II Feira Internacional da Amazônia, Seminário Design e Artesanato: frentes econômicas autóctones em processo de consolidação, BrasilTec, Intercâmbio com associação de artesãos do Município de Fonte Boa e o IV Seminário de Comércio Ético e Solidário.

Na Feira Internacional da Amazônia, três artesãs e a coordenadora do programa participaram da exposição e venda de artesanato. Foi uma excelente oportunidade de divulgação dos produtos e identificação de novos mercados. No mesmo evento tivemos a oportunidade de participar do Seminário de Design e Artesanato, que trouxe uma série de informações sobre as potencialidades e as dificuldades da produção artesanal na Amazônia.

O intercâmbio entre o Grupo UAIRA, de Fonte Boa e o Grupo de mulheres da AMUVA, que levantou informações sobre os equipamentos utilizados no beneficiamento das sementes. A participação no evento Brasiltec, em São Paulo, possibilitou que a coordenadora Marília Sousa e a consultora Thatyana Marques pudesse divulgar os artesanatos das Reservas e apresentar este trabalho como um exemplo de um projeto de inclusão social. Neste evento, pode-se observar algumas oportunidades interessantes para a comercialização do artesanato.

Por fim, com o objetivo de conhecer mais o debate atual sobre a economia solidária e facilitar uma melhor integração com essa rede, a coordenadora do programa, participou do seminário realizado em Manaus. Na oportunidade foram expostos artesanatos dos grupos de artesãs das Reservas.

Apoio à comercialização

No segundo semestre de 2004 as artesãs das duas Reservas tiveram a oportunidade de comercializar para 5 lojistas fora do estado do Amazonas, totalizando uma venda de R\$4.135,00 somente no período de outubro a dezembro.

Tabela 20. Distribuição das comunidades por produtos, valores adquiridos, quantidade de produtos e clientes por região.

Comunidade/ Grupo	Produtos	Valores	Quantidade	Clientes	Estado
Nova Colômbia	Artesanatos em madeira molongó	R\$ 720,00	48 produtos	Amélia móveis e decorações	São Paulo
Vila Alencar	Artesanatos em sementes	R\$160,00	4 produtos	Galeria de arte brasileira Ltda	São Paulo
Coraci	Cestaria de tala de cauçu	R\$3.255,00	395 produtos	Ricardo Vaz Leite Bazar Realgem's Usina das artes (exposição)	São Paulo Paraná Rio de Janeiro

Essa nova experiência foi importante, pois, nos colocamos diante de vários questionamentos quanto ao aumento das vendas e formas de negociação. Para isto, foi necessário que acontecessem várias reuniões com os grupos, de modo a discutir: a padronização dos produtos, o prazo de entrega, e a forma de recebimento do valor da compra e se o aumento da produção é compatível com a oferta da matéria-prima.

A Loja Mamirauá continua com um papel estratégico no processo comercialização. Grande parte da produção dos grupos, principalmente dos Grupos de Mulheres de Coraci/RDSA e de Nova Colômbia/RDSM é adquirida pela loja Mamirauá. Essas vendas para a Loja Mamirauá têm aberto também novos canais de comercialização.

Avaliamos que as grandes conquistas dos grupos na melhoria do processo de comercialização foram: (i) padronização; (ii) maior comprometimento em atender o cliente; (iii) melhoria contínua do produto para atender novos mercados e (iv) aumento de reuniões internas para discutir as vendas.

Neste sentido foi importante também à contratação de uma profissional para o programa, (verba da Fundação Gordon Moore) - que trabalhou conosco como consultora durante seis meses e será responsável pelas seguintes linhas de ação do programa: comercialização, capacitação e divulgação.

Vale ressaltar que a participação em feiras, principalmente de artesanato, é uma estratégia mercadológica e gerencial e uma forma de capacitação das artesãs que tem gerado bons resultados. A participação das artesãs neste tipo de eventos coloca as mesmas em contato direto tanto com o consumidor final, como os lojistas e empresários, possibilitando com que as artesãs entendam às demandas do mercado.

Pesquisas aplicadas ao manejo

Ao longo dos últimos anos, a atividade artesanal vem crescendo e diversificando a produção. Portanto, o acesso e uso dos recursos naturais serão sempre acompanhados por estudos do programa de pesquisas. Neste sentido, foram continuadas as pesquisas dos recursos naturais que está sendo mais utilizados pelas artesãs para a produção do artesanato.

Atendendo uma solicitação do Grupo de Artesãs do Setor Coraci e em função do aumento da produção artesanal deste grupo, que são as “cestarias de cauacú”, foi realizada uma pesquisa pela ecóloga Alethia Muñoz, denominada “Pesquisa etnobotânica do cauacú (*Calathea lutea* (Aubl) e das tinturas naturais utilizadas na confecção de artesanato na RDS AMANÃ”. Essa pesquisa tem como objetivos (i) conhecer a ecologia e biologia do cauacú (*Calathea lutea* (Aubl) e das tinturas naturais e (ii) conhecer processo produtivo do artesanato do Grupo de Mulheres do Setor Coraci e da cadeia produtiva.

A metodologia do trabalho de pesquisa consistiu em: (i) mapeamento participativo das áreas de ocorrência e uso do cauacú e tinturas naturais, (ii) entrevistas semi-estruturadas com todas as artesãs que fazem parte do Grupo de Mulheres e que manejam as espécies estudadas, (iii) acompanhamento da coleta, do beneficiamento da matéria-prima e da produção do artesanato.

O mapeamento participativo tem como objetivo identificar as áreas de ocorrência e coleta dos recursos naturais utilizados pelo grupo de mulheres do Setor Coraci. Estes dados servem tanto para a pesquisadora, como para os comunitários observarem e avaliarem como está a situação real das áreas já utilizadas anteriormente e atualmente. Os mapas foram elaborados com a participação de 72 comunitários entre homens e mulheres.

A etapa inicial da pesquisa foi finalizada, e os resultados preliminares apresentados pela pesquisadora refere-se às recomendação de plantio, coleta, beneficiamento e produção e descrição do hábito das plantas e sua forma de uso.

O Programa de Manejo Florestal Comunitário, através do sub-programa de não madeireiros, está encaminhando um estudo complementar do cipó ambé (*Phylodendron sp*) e das sementes. Estas pesquisas vão contribuir diretamente para tornar o manejo destas espécies mais eficientes, criando grandes possibilidades de se iniciar um processo de certificação dos artesanatos confeccionados com sementes, cipó ambé e tala de cauacú.

Na tabela 21 observa-se o aumento da renda obtida com o artesanato ao longo dos anos. A partir de 2003 o trabalho foi melhor sistematizado, mesmo com uma única profissional e com recursos limitados. Um outro fator importante foi à parceria com o SEBRAE-Am que viabilizou a realização de várias oficinas de revitalização dos produtos artesanais, agregando qualidade aos produtos para atender melhor a expectativa do mercado. Este aumento deveu-se à integração dos Grupos de Mulheres da Reserva Amanã e também em função da continuidade no processo de capacitação que rendeu melhoria na qualidade dos produtos e conseqüentemente o aumento na venda dos artesanatos para os ecoturistas e para Loja Mamirauá.

Neste sentido a renda média de R\$217,99 obtida em 2002 aumenta para R\$ 222,33 no ano de 2003, mesmo com o aumento expressivo do número de famílias beneficiadas. Em 2004 com a

criação do programa, observa-se um aumento expressivo para R\$524,77 na renda média. Este aumento deveu-se à integração dos Grupos de Mulheres da Reserva Amanã e também em função da continuidade no processo de capacitação que rendeu melhoria na qualidade dos produtos e conseqüentemente o aumento na venda dos artesanatos para os ecoturistas e para Loja Mamirauá.

É importante esclarecer que alguns grupos ainda não informaram o volume das vendas dos meses de novembro e dezembro, portanto o valor da renda média deve ser superior ao que está sendo apresentado.

Para compreender melhor estes resultados é necessário saber como ocorrem as relações de trabalho na atividade artesanal. Todas as artesãs participam diretamente de toda cadeia produtiva, ou seja, da coleta, beneficiamento, produção e comercialização, no entanto, em cada grupo existem as artesãs que tem uma maior produção, seja por disporem de mais tempo e habilidades para o trabalho artesanal ou por considerarem a atividade mais rentável e prazerosa. Portanto a distribuição da renda ocorre de acordo com a produção de cada artesã.

Observamos também que os resultados da produção estão diretamente relacionados a outros fatores como: capacidade de domínio da técnica, as condições de trabalho existentes dentro da família, idade reprodutiva da mulher, capacidade de organização dos grupos em todo processo da cadeia produtiva e uma maior dedicação das artesãs na atividade.

Um exemplo é o Grupo de Mulheres de Nova Colômbia, na qual uma única artesã produz e vende 90% do total da produção do grupo e conseqüentemente é a maior beneficiada. É necessário ainda considerar a diferenciação nos preços e tipo dos produtos que varia para cada grupo. Essa análise será melhor detalhada quando todas as informações estiverem no banco de dados apropriado e quando forem levantadas mais informações qualitativas sobre esse aspecto. Para isso estamos iniciando um estudo do perfil sócio-econômico das artesãs e artesãos.

Tabela 21. Evolução da renda total no período de 2001 a 2004.

ANO	N. famílias beneficiadas	Renda Total	Renda Média
2001	24	R\$ 3.997,80	R\$ 166,58
2002	34	R\$ 7.411,50	R\$ 217,99
2003	72	R\$16.007,70	R\$ 222,33
2004	72	R\$ 37.783,50	R\$ 524,77

A tabela 22 apresenta a distribuição dos ganhos totais para cada grupo e a renda média obtida no ano de 2003 e 2004. Em 2004 as 72 famílias beneficiadas correspondem a um total de 110 artesãos, sendo 11 homens e 99 mulheres envolvidas com a atividade artesanal. Portanto é a atividade econômica que tem o maior número de mulheres diretamente beneficiadas.

Observa-se que o Grupo de Mulheres do Setor Coraci apresenta o melhor desempenho nas vendas. Comparando com ano de 2003 quando teve uma renda total de R\$4.157,60, em 2004 chegou a vender um total de R\$20.618,00, esse valor equivale uma renda média de R\$665,10, a maior do ano. O Grupo de Mulheres de Nova Colômbia, apresenta a segunda maior renda média,

R\$639,08, no ano de 2004. Em seguida está a Associação das Mulheres de Vila Alencar que obteve em 2003 um renda total de R\$3.948,00 e em 2004 chegou a R\$7.544,00, ficando com uma renda média de R\$538,86.

Portanto destaca-se a produção de cestarias do Grupo de Mulheres do Setor Coraci da Reserva Amanã, além da produção de artesanato de madeira do Grupo de artesãs de Nova Colômbia. Mesmo estando localizadas distantes dos principais pontos de venda de artesanato (área de manejo especial de ecoturismo e Tefé), e sem o contato direto com os ecoturistas, o Grupo de Mulheres do Setor Coraci, é um dos grupos que apresentou uma enorme capacidade de organização e conseguiu conquistar não somente o mercado indireto dos ecoturistas através da rede de Loja Mamirauá, como também outros mercados. Desde 2003 é o principal fornecedor de artesanato para Loja Mamirauá e produz um artesanato com melhor qualidade e com um alto grau de aceitação e adequação à demanda do mercado.

Tabela 22. Distribuição da renda bruta e média com a venda do artesanato por grupo de artesãs nos anos de 2003 e 2004.

GRUPOS	2003			2004		
	N	Renda Bruta	Renda Média	N	Renda Bruta	Renda Média
Grupo Mulheres Setor Coraci	31	4.157,60	134,11	31	20.618,00	665,1
Grupo Mulheres Nova Colômbia	4	2.300,50	575,12	6	3.834,50	639,08
AMUVA	15	3.948,00	263,2	14	7.544,00	538,86
Grupo Mulheres Jarauá	6	1.099,10	183,18	4	1.144,00	286
Grupo Mulheres Pirapucu	4	1.929,50	482,37	7	1.963,50	280,5
Grupo Artesãos Boca do Mamirauá	12	2.573,00	214,41	10	2.679,50	267,95
TOTAL	72	16.007,70	222,33	72	37.783,50	524,77

Para o ano de 2005 existe uma demanda de assessoria diferenciada para os grupos, pois o grau de organização varia de um grupo para outro. No entanto, os três grupos que apresentaram um menor desempenho nas vendas e conseqüentemente as menores rendas, devem ter um maior esforço de nossa assessoria ainda no ano de 2005, após este ano a assessoria vai ser reduzida, pois já trabalhamos com os mesmos há 5 anos. Provavelmente estes grupos devem manter o mesmo nível de produção, como já está sendo observado ao longo dos anos. Isto deve-se ao interesse da comunidade como todo pela atividade que muitas vezes tem outra prioridade ou o grupo já está satisfeito com os resultados obtidos.

Esta estratégia de diminuição da assessoria é necessária para perceber o nível de capacidade de auto-gestão das comunidades e para atender a demanda das outras comunidades com potencial para trabalhar com artesanato.

Por outro lado o aumento no número de famílias atendidas pelo programa vai depender da capacidade de assessorar os atuais grupos, da transmissão de conhecimento para outras gerações e da expansão do programa para outros setores, que por sua vez depende também da estruturação da equipe e de mais fontes de financiamentos para executar as atividades necessárias. Para isso o

programa está em busca de aportes financeiros. No mês de novembro passado foi apresentado um projeto para Fundo de Desenvolvimento Humano do Governo do estado do Amazonas, visando captar recursos para desenvolvimento das atividades.

O fortalecimento das parcerias com outras instituições também é fundamental para continuidade do trabalho. Neste sentido a parceria com SEBRAE-AM para foi garantida; para o ano de 2005 estão programadas 4 oficinas: formação de preços do artesanato, artesanato em sementes (acabamento e criação de linhas), melhoria dos novos produtos e embalagem.

A meta estabelecida para 2004 foi beneficiar 72 famílias, mantendo-se o mesmo número de famílias beneficiadas no ano anterior que apresentou uma grande evolução em relação aos anos anteriores. O aumento no número de turistas, que são os principais compradores das comunidades da Reserva Mamirauá e a participação das famílias das comunidades da Reserva Amanã foram determinantes para superação da meta proposta tanto em 2003 como em 2004.

Além disso, o atingimento e a superação da meta, está relacionado também a um conjunto de esforços do programa e dos grupos no ano de 2004, como a contratação de uma consultora para realizar oficinas de capacitação para melhoria e criação de novos produtos, ampliação da equipe, fortalecimento da organização dos grupos para produção e comercialização, maior disponibilidade de ferramentas adequadas ao trabalho - adquiridas através do micro-crédito - domínio das técnicas de produção, inauguração de mais uma Loja Mamirauá em Manaus, crescimento das vendas nas atuais lojas e participação das artesãs em feiras e rodadas de negócios.

Este último aspecto refletiu diretamente na ampliação do mercado. Com isso foram comercializados artesanatos para lojista do sul e sudeste do país, como Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo. Foram vendidos artesanatos para 3 lojas de decoração; para uma exposição e para dois empresários que compraram cestarias do Grupo de Mulheres do Coraci, que serão utilizados como embalagens de bombons e de cosméticos, esta última empresa fornece produtos para uma rede de hotéis e promete ser uma parceria lucrativa e constante.

Utilizando os resultados do monitoramento, no início de 2005 será feita uma avaliação do desempenho das vendas ocorridas em 2004, bem como, vamos assessorar os grupos a avaliarem se já se sentem preparados para continuar atendendo outros mercados. Isso exige uma análise importante sobre a capacidade de produção, a disponibilidade de recursos naturais que são utilizados para produção do artesanato e o uso adequado destes com boas práticas de manejo. Com essa avaliação será definida a estratégia de comercialização para os próximos anos.

Portanto a organização dos grupos e gerenciamento da produção serão determinantes nesse processo de ampliação do mercado. Soma-se a isso a melhoria na infra-estrutura de produção e acesso aos equipamentos de trabalho, que devem ser adquiridos com outras fontes financiadora que o programa está identificando e apresentando aos grupos, bem como através do fundo de caixa dos próprios grupos.

Estes resultados são obtidos através do monitoramento participativo das vendas realizado pelos próprios grupos. As informações são repassadas para o programa que sistematiza os dados e no final de cada ano realiza o retorno desses dados.

Indicador 12	Unidade	peso	V0	Metas para 2004	Alcançado em 2004
Número de famílias beneficiadas com a venda de artesanato	N	3	31	72	72